

Turismo e Hospitalidade no Brasil

Um estudo sobre os Trabalhadores da Hotelaria

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro do Trabalho e Emprego
CARLOS LUPI

Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego
RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE
ANTONIO SÉRGIO ALVES VIDIGAL

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ
ANTONIO ALMERICO BIONDI LIMA

Coordenadora Geral de Qualificação - CGQUA
TATIANA SCALCO SILVEIRA

Coordenador Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP
MARCELO ÁLVARES DE SOUSA

Coordenador-Geral de Empreendedorismo Juvenil
MISAEL GOYOS DE OLIVEIRA

(C) copyright 2005 - Ministério do Trabalho e Emprego

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Departamento de Qualificação - DEQ
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, Edifício Sede, Sala 306. CEP 70059-900 - Brasília - DF
Telefones: (0xx61) 3317-6239/ 3317-6004
Fax.: (0xx61) 3224-7593
E-mail: qualificação@mte.org.br

Tiragem: 1.000 exemplares

ELABORAÇÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO-CUT

Rua Dona Brígida, 299 – Vila Mariana
CEP 04111-080 - São Paulo – SP
Telefone (0xx11) 5084-2131
Site: www.escolasp.org.br
E-mail: escolasp@uol.com.br

Turismo e hospitalidade no Brasil : um estudo sobre os
trabalhadores da hotelaria / organizado por Adriano
Larentes da Silva e Rosana Miyashiro. — São Paulo :
CUT, 2007.
96 p. ; 23 cm.

1. Turismo – Brasil. 2. Hotelaria – Brasil. I.
Silva, Adriano Larentes da. II. Miyashiro, Rosana.

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego

Organizadores:
Adriano Larentes da Silva e Rosana Miyashiro

Turismo e Hospitalidade no Brasil

Um estudo sobre os Trabalhadores da Hotelaria



Ministério do
Trabalho e Emprego



2007

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575

CEP 03041-000 - Brás - São Paulo - SP

Telefone: (0xx11) 2108-9200 - Fax: (0xx11) 2108-9200

Site: www.cut.org.br

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT – 2006/2009

Presidente

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS
SINERGIA – Sind. Trab.Ind. de Energia
Elétrica do Estado de SP

Vice-Presidente

CARMEN HELENA FERREIRA FORO
Sind. Trab. Rurais de Igarapé-Miri – PA

Vice-Presidente

WAGNER GOMES
Sind. dos Metroviários do Estado de SP

Secretário Geral

QUINTINO MARQUES SEVERO
Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas de São
Leopoldo – RS

Primeiro Secretário

ADELSON RIBEIRO TELLES
SEPE -Sind. Est. dos Profissionais da
Educação do Estado do RJ

Tesoureiro

JACY AFONSO DE MELO
Sind. dos Bancários de Brasília – DF

Primeiro Tesoureiro

ANTONIO CARLOS SPIS
Sind. Unificado dos Petroleiros do Estado de SP

Secretário de Relações Internacionais

JOÃO ANTÔNIO FELICIO
APEOESP – Sind. dos Professores do Ensino
Oficial do Estado de SP

Secretária de Política Sindical

ROSANE DA SILVA
Sind. dos Sapateiros de Ivoti – RS

Secretário de Formação

JOSÉ CELESTINO LOURENÇO (TINO)
SIND-UTE – Sind. Único dos Trab. em
Educação do Estado de MG

Secretária de Comunicação

ROSANE BERTOTTI
Sind. Trab. Agricultura Familiar de Xanxerê – SC

Secretário de Políticas Sociais

CARLOS ROGÉRIO DE CARVALHO NUNES
Sind. dos Assistentes Sociais do Estado do CE

Secretária de Organização

DENISE MOTTA DAU
SindSaúde - Sind. dos Serv. Pub. em Saúde
do Estado de SP

Secretária Sobre a Mulher Trabalhadora

MARIA EDNALVA BEZERRA DE LIMA
Sind. Trab. Educação do Estado da PB

Diretoria Executiva

ANÍZIO SANTOS DE MELO
APEOC - Sind. Serv. Pub. Lot. Sec. de
Educação e de Cultura do Estado do CE

ANTONIO SOARES GUIMARÃES
(BANDEIRA)
Sind. Trab. Rurais de Pentecostes - CE

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Sind. Serv. Pub. Municipais de São José do
Rio Preto - SP

CELINA ALVES PADILHA AREAS
SINPRO - Sind. dos Professores do Estado
de MG

DARY BECK FILHO
Sind. Trab. Ind. Dest. Refinação de Petróleo
do Estado do RS

ELISANGELA DOS SANTOS ARAÚJO
Sind. Trab. Rurais de São Domingos - BA

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA
Sind. dos Bancários de Salvador - BA

EXPEDITO SOLANEY PEREIRA DE
MAGALHÃES
Sind. dos Bancários do Estado de PE

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO
Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas do ABC – SP

JULIO TURRA FILHO
SINPRO - Sind. dos Professores do ABC – SP

LUCIA REGINA DOS SANTOS REIS
SINTUFRJ - Sind. Trab. em Educação da UFRJ

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO
SINDPD – Sind. dos Trab. em Informática
do Estado de PE

MILTON CANUTO DE ALMEIDA
SINTEAL - Sind. Trab. em Educação do
Estado de AL

PASCOAL CARNEIRO
Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas de Salvador
– BA

ROGÉRIO BATISTA PANTOJA
Sind. Trab. Ind. Urbanas - AP

TEMÍSTOCLES MARCELOS NETO
Sind. Serv.Pub. em Saúde do Estado de MG

WAGNER FREITAS DE MORAES
Sind. dos Bancários de São Paulo, Osasco e
Região - SP

VALÉRIA CONCEIÇÃO DA SILVA
Sind. Trab. Em Educação do Estado de PE

Conselho Fiscal Efetivos

MARIA JULIA REIS NOGUEIRA
Sind. Trab. Pub. Fed. Saúde e Previdência do
Estado do MA

VALDEDIR MEDEIROS DA SILVA
Sind. dos Previdenciários do Estado da Bahia

DILCE ABGAIL RODRIGUES PEREIRA
Sind. Trab. Comércio Hotelero, Rest. Bares e
Hospitalidade de Caxias do Sul – RS

Conselho Fiscal Suplentes

ALCI MATOS ARAÚJO
Sind. Empreg. no Comércio do Estado do ES

JOSÉ CARLOS PIGATTI
Sind. Trab. Energia Elétrica do Estado do ES

ODAIR JOSÉ NEVES SANTOS
Sind. dos Professores Públicos e Especialistas
em Educação do Estado do MA

Turismo e Hospitalidade no Brasil

Um estudo sobre os Trabalhadores da Hotelaria

Rosana Miyashiro

Socióloga, mestranda em Trabalho e Educação na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atua como coordenadora geral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT desde 2003. Foi assessora da Secretaria Nacional de Formação da CUT no núcleo de Educação do Trabalhador, no período de 1999 a 2002.

Adriano Larentes da Silva

Historiador, doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, onde pesquisa sobre As migrações Internacionais e o Mundo do Trabalho. Desde 2002 atua na Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT como educador e coordenador pedagógico. Foi professor da UFSC no período de 2004 a 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO - CUT

Secretário Nacional de Formação
JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

Coordenador-Geral
MARTINHO DA CONCEIÇÃO

Secretária
LUCI FERNANDES SALES

Assessoria

ARCHIMEDES FELÍCIO LAZZERI

MARISTELA MIRANDA BÁRBARA

MARTA REGINA DOMINGUES

PAULA CRISTINA BERNARDO

ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO - CUT

Conselho Político

Sind. Químicos do ABC
APARECIDO DONIZETI DA SILVA

Apeesp
CARLOS RAMIRO DE CASTRO

Sinsexpro
CARLOS TADEU VILANOVA

Sindsaúde
CÉLIA REGINA COSTA

Presidente da CUT Estadual
EDÍLSON DE PAULA OLIVEIRA

Escola Sindical SP-CUT
ELIAS SOARES

Escola Sindical SP-CUT
HELIO DA COSTA

Secretário Estadual de Formação
CARLOS TADEU VILANOVA

Secretário Nacional de Formação
JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

Sind. dos Petroleiros de SP
JOSÉ SAMUEL MAGALHÃES

Sind. Bancários de SP
LUIZ CLÁUDIO MARCOLINO

Sind. Metalúrgicos do ABC
TARCISIO SECOLI

Coordenação

Coordenador Geral/Secretário de
Formação CUT-SP
CARLOS TADEU VILANOVA

Coordenador Administrativo
ELIAS SOARES

Coordenador de Formação
HELIO DA COSTA

Equipe de Formação

ANA PAULA ALVES OLIVEIRA
ELAINE OLIVEIRA TEIXEIRA
ELIAS SOARES
ERNANI FERNANDES MOREIRA
HELIO DA COSTA
KARIN ADRIANE HUGO LUCAS
LENIR DE VISOVINI
MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA
MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY
MARLUSE CASTRO MACIEL
NEIDE DOS SANTOS VERÃO
PÉRSIO PLENSACK
WILLIAM NOZAKI

Apio Administrativo
CLARICE MARIA DE MELO
ESTHER RIVELLES
MARIA DA CONCEIÇÃO CAMPANHA
ALVES

SONIA CALIL ELIAS ROCHA
VANDERLEI SOARES CABRAL

Apio Pedagógico

HELANNE APARECIDA PEREIRA
MARIA DE LOURDES INÉS OÑA

Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha-CUT

Av. Luiz Boiteux Piazza, 4810
Ponta das Canas - Florianópolis-SC
Cep: 88056000. Fone: (48) 32848820/
32843251/32614090
www.escoladostrabalhadores.org.br

Diretor Geral
JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

Diretor Financeiro
JACY AFONSO DE MELO
Coordenação Geral
ROSANA MIYASHIRO

Coordenação Pedagógica
ADRIANO LARENTES DA SILVA
Apio Pedagógico
CARMEM LÍGIA PFEIFER MACHADO
KATIA REGINA RODRIGUES PASSARINI

EQUIPE DE EDUCADORES

Santa Catarina

ADRIANA GOMES DE MORAES
ALINE MARIA SALAMI
HANEN SARKIS KANAAN
JULIANA RODRIGUES WALENDY
LETÍCIA DOLENGA
LUIZ GABRIEL ANGENOT
RENATA CARVALHO DE OLIVEIRA
RODRIGO FARIA PEREIRA
VALDENÉSIO ADUCI MENDES

Paraná

ANDRÉ NASCIMENTO TEIXEIRA
DAYANNY PIRES DE OLIVEIRA
ELISANGELA PATRÍCIA DE LIMA

Rio Grande do Sul

GINA CADORIN
MARCELO SILVEIRA GOMES
SÉRGIO DIAS SOARES

Apio Administrativo
ALMIR ROGÉRIO DO NASCIMENTO
EGILCE SUELI SILVA OLIVEIRA
JOYCE SANTILLO ARAUJO

Auxiliar de Serviços Gerais
MARIA LUIZA CALAZANS

Copeira
ALZIRA BEATRIZ LEITE

**ESCOLA SINDICAL
SÃO PAULO**

CUT
BRASIL

PROESQ
Projeto Especial de Qualificação

Quem luta
também educa!

Coordenação Geral:
CARLOS TADEU VILANOVA

Coordenação Financeira:
ELIAS SOARES

Coordenação Pedagógica:
MARTA REGINA DOMINGUES

Apresentação

Esta publicação é fruto de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do Projeto Especial de Qualificação – PROESQ – Quem luta também educa!, iniciativa da Central Única dos Trabalhadores – CUT, por meio da Secretaria Nacional de Formação da CUT e da Escola Sindical São Paulo-CUT.

O PROESQ - Quem luta também educa! foi realizado por meio de convênio estabelecido entre a Escola Sindical São Paulo-CUT e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, dentro da Política Nacional de Qualificação – PNQ, e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O Conselho Deliberativo do FAT – Codefat, um dos mais importantes órgãos tripartites e paritários do país, delibera sobre várias políticas afeitas ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Entre elas, a política de qualificação social e profissional.

Com a finalidade de desenvolver e aprimorar metodologias e tecnologias apropriadas para a educação e qualificação social e profissional de trabalhadores e trabalhadoras, e tendo como premissa conceitos, práticas e perspectivas da negociação e contratação coletiva no Brasil, um dos objetos de estudo ao qual nos dedicamos no desenvolvimento do Quem luta também educa! foi a Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Socioprofissional.

Neste caso, em especial, nos dedicamos a estabelecer o Perfil dos Trabalhadores do Setor de Turismo e Hospitalidade, contando com a parceria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

A necessidade de um levantamento do porte do estudo que será apresentado já vinha sendo manifestada nos diferentes espaços de formação da Escola de Hotelaria e Turismo Canto da Ilha e da CUT Nacional, pela equipe pedagógica e dirigentes sindicais cutistas, em especial os ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - Contracs, pois o tema do Turismo e Hospitalidade é ainda pouco conhecido no meio sindical.

Os objetivos, a metodologia e as questões abordadas neste livro foram definidos por dirigentes, educadores e técnicos do Dieese em oficinas metodológicas e seminários realizados no âmbito do PROESQ – Quem luta também educa!, na sede da Escola de Hotelaria e Turismo Canto da Ilha-CUT.

Nas atividades de desenvolvimento metodológico, os participantes (representando mais de uma centena de sindicatos do setor de comércio e serviços) contribuíram efetivamente, a partir de sua realidade concreta e em interação com a construção das pesquisas.

Os resultados aqui apresentados muitas vezes confirmam o que dirigentes e educadores vinham indicando a partir dos debates realizados entre si e com pesquisadores da área e, principalmente, por meio da observação empírica em diferentes localidades do país. Do Rio Grande do Sul à Amazônia uma mesma lógica vem determinando o que é a atividade turística no Brasil e a quem ela serve.

Os resultados confirmam também a necessidade de, conhecendo melhor a realidade do setor de turismo e hospitalidade, intervirmos de maneira crítica e qualificada para mudar a dura realidade enfrentada pelos trabalhadores. São questões urgentes que envolvem, na expansão das grandes redes hoteleiras, a alta rotatividade no setor, a precarização das relações e condições de trabalho e as demandas de qualificação profissional.

A política nacional de formação da CUT, inserida a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, tem o papel de combater radicalmente propostas educacionais focadas unicamente na formação para o mercado e produtividade. A qualificação dos trabalhadores (as) do setor de turismo e hospitalidade, além de beneficiar o desenvolvimento econômico do setor e propiciar atendimento e serviços de qualidade aos usuários, é direito a ser garantido. Além disso, é direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras o acesso e permanência, sua e de seus filhos, na escola pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis de ensino.

Queremos uma educação que forme para a vida e mundo do trabalho, e intervenção crítica na sociedade. Nosso desejo é os trabalhadores do turismo e hospitalidade não serem tratados como coadjuvantes da história, mas aqueles que geram toda a riqueza nesse setor.

Para a CUT, o sindicalismo deve estar a serviço da construção de uma nova sociedade, na qual os princípios de democracia, participação, criticidade e autonomia estejam na base das relações de trabalho. Por isso, nossa luta pela instituição da negociação e contratação coletiva em todos os âmbitos e sobre todos os temas de interesse da classe trabalhadora.

Desejamos a todos excelente leitura!

Artur Henrique da Silva Santos – Presidente nacional da CUT
José Celestino Lourenço – Secretário nacional de Formação da CUT, membro do Conselho Político da Escola Sindical São Paulo-CUT e diretor geral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha-CUT
Carlos Tadeu Vilanova – Secretário de Formação da CUT São Paulo e coordenador geral da Escola Sindical São Paulo-CUT

Sumário

Considerações iniciais	13
Introdução	19
Capítulo 1 - Setor turismo e hospitalidade e segmento alojamento	21
1.1. Caracterização do setor turismo e hospitalidade	23
1.1.1. Configuração do setor	23
1.1.2. Desempenho econômico	23
1.1.3. Ocupação	26
1.2. Caracterização do segmento alojamento	28
1.2.1. Desempenho econômico	28
1.2.2. Características dos estabelecimentos e do emprego formal	29
1.2.2.1. Estabelecimentos e empregos por áreas geográficas	30
1.2.2.2. Estabelecimentos e emprego segundo porte das empresas	31
1.2.2.3. Alterações no perfil do emprego entre 1995 a 2005	32
Capítulo 2 - Perfil dos trabalhadores em alojamento	35
2.1. Perfil dos trabalhadores com contrato de trabalho formal	37
2.1.1. Atributos pessoais	37
2.1.1.1. Sexo	37
2.1.1.2. Faixa etária	40
2.1.1.3. Escolaridade	41
2.1.2. Características do trabalho	45
2.1.2.1. Distribuição dos empregados por faixas de rendimento	45
2.1.2.2. Rendimentos por porte de estabelecimentos e áreas geográficas	47
2.1.2.3. Rendimentos por funções	49

2.2. Perfil dos trabalhadores sem contrato de trabalho formal	50
2.2.1. Atributos pessoais	51
2.2.1.1. Sexo	51
2.2.1.2. Faixa etária	51
2.2.1.3. Escolaridade	52
2.2.1.4. Raça/cor	53
2.2.2. Características do trabalho	54
2.2.2.1. Rendimentos	54
2.2.2.2. Permanência no trabalho	55
2.2.2.3. Jornada de trabalho	56
Capítulo 3 - A negociação da qualificação dos trabalhadores	59
3.1. Cláusulas sobre qualificação profissional	62
3.1.1. Tratamento das horas empregadas em cursos e treinamentos	63
3.1.2. Investimentos em qualificação profissional	63
3.1.3. Incentivo ao usufruto de cursos do Senac e Sesc	64
3.1.4. Adicional por qualificação profissional	64
3.1.5. Dispensa do cumprimento de contrato de experiência	64
3.2. Cláusulas sobre empregado estudante	64
3.2.1 Liberação do empregado estudante para provas e exames	64
3.2.2 Jornada de trabalho do empregado estudante	65
3.2.3 Abono salarial para empregado estudante	65
3.3. Cláusulas sobre estágio e aprendizagem	65
3.4. Categorias analisadas	65
Capítulo 4 – Mapeamento das entidades sindicais	69
Síntese dos dados apresentados	81
Bibliografia	83
Considerações finais	85
Participação e construção coletiva - Turismo e Hospitalidade	87

Considerações Iniciais

O turismo de massa e toda a sua cadeia de serviços são invenção do capitalismo pós-industrial e obedecem aos fundamentos que regem esse tipo de sociedade. Sua expansão, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, ocorreu paralelamente ao declínio do setor industrial e ao crescimento do setor de serviços. Como parte da sociedade das mercadorias, vive de produzir fetiches e da exploração do trabalho e do tempo livre dos trabalhadores.

Os dados a seguir, sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos -Dieese, dialogam com essa realidade, mostrando que, se por um lado o turismo no Brasil se amplia e se profissionaliza, gerando empregos e divisas para o país, por outro gera riqueza e desenvolvimento de forma bastante desigual. Se em países centrais do capital, o turismo caracteriza-se pelo emprego de grande quantidade de força de trabalho imigrante, clandestina e subcontratada, no Brasil uma das marcas é o trabalho sem registro, temporário e extenuante, de trabalhadores com baixa escolaridade, com pouco ou nenhum acesso à qualificação profissional. Apesar da dificuldade de mapear esses trabalhadores, pois boa parte transita pelo chamado mercado informal, eles dão vida a uma gama de serviços fundamentais para o desenvolvimento do turismo, local e globalmente.

O foco do estudo, realizado em parceria com o Dieese, são os meios de hospedagem no Brasil e os seus trabalhadores. A pesquisa apresenta dados referentes ao período de 1995 a 2005 sobre os trabalhadores com e sem contrato formal de trabalho, de micros, pequenos, médios e grandes empreendimentos hoteleiros. Segundo o levantamento, havia, em 2005, mais de 4,5 milhões de trabalhadores ocupados no setor de turismo, a maior parte deles empregada nos segmentos Alimentação, Transporte Rodoviário de Passageiros e Alojamento. Em Alojamento havia, também em 2005, 21,4 mil estabelecimentos, que empregavam formalmente em torno de 227 mil pessoas, quase 80% delas em áreas não metropolitanas.

O tamanho das empresas hoteleiras é predominantemente de pequeno porte, com até 19 empregados. Porém, mais empregaram os empreendimentos hoteleiros de médio porte. A distribuição dos empregados em alojamentos no ano de 2005 era de 47% na região Sudeste, 24% na região Nordeste, 17% na região Sul, 8% e 4%

nas regiões Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

O perfil dos trabalhadores formais no alojamento em 2005 revela que as mulheres são a maioria na categoria em todas as regiões metropolitanas, com 55%. Mesmo assim, a exemplo do que ocorre em outros setores econômicos, ficou constatado que as diferenças salariais entre os sexos ainda persistem. “Em 1995, o salário da mulher correspondia a 75% do salário masculino. Em 2005, essa proporção era de 77% (R\$ 549 contra R\$ 711)”.

Os trabalhadores com idade de 18 a 29 anos representavam 37% dos contratados formalmente no setor, apesar de existirem 32% de empregados com idade de 30 a 39 anos. A situação da escolaridade indica que ainda há grande déficit educacional entre os trabalhadores dos meios de hospedagem. Mesmo os números de 2005 sendo bem melhores do que os registrados em 1995, o estudo mostra que 54% dos empregados em alojamentos têm, no máximo, até a 8ª série completa. No que se refere à remuneração percebe-se que, com exceção de São Paulo, as diferenças entre as regiões metropolitanas são pequenas. Porém, verificou-se que os rendimentos médios dos empregados apresentam diferenças acentuadas quando se comparam, por exemplo, as regiões Sudeste e Sul, onde o rendimento médio é maior, com a região Nordeste, em que é menor. Outro fator que interfere diretamente na renda dos trabalhadores é o tamanho do estabelecimento. Enquanto a remuneração média nos estabelecimentos com até quatro empregados é de R\$ 420, nos grandes estabelecimentos é de R\$ 1.037,31.

Das principais ocupações exercidas no setor de hospedagem, o garçom aparece na pesquisa com 51%, seguido da camareira com 24%, recepcionista 11% e porteiro com 8%. A maior remuneração das respectivas ocupações relatadas é do recepcionista e a menor da camareira.

O perfil dos trabalhadores sem contrato formal no alojamento quanto ao sexo é bastante parecido com o dos trabalhadores com contrato formal. No entanto, a faixa etária predominante entre os informais é de jovens com até 24 anos de idade. Quanto à escolaridade desses trabalhadores, os dados registram que 63% possuem no máximo até o ensino fundamental.

No assunto etnia e cor, os dados revelam o quanto ainda é fundamental avançar para superar as desigualdades existentes. Segundo o levantamento, são muito poucos os negros que ocupam cargos gerenciais e de supervisão, 27% e 31% respectivamente; no setor de governança, os negros são a maioria dos trabalhadores.

Em relação aos rendimentos dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada, de forma geral são muito baixos, variando de um a dois salários mínimos. Ressalte-se que os trabalhadores sem carteira assinada apresentam situação ainda mais

desfavorável. A grande maioria recebe até um salário mínimo e permanece menos de um ano no emprego, o que revela alta rotatividade no setor. O tempo médio de permanência dos trabalhadores que não possuem registro é de 2,8 anos. Dos trabalhadores que possuem registro é de 4,1 anos. A jornada de trabalho é bastante elevada, para os trabalhadores formais e para os informais, sendo geralmente superior a 44 horas semanais.

Outro aspecto importante e bastante original da pesquisa refere-se à negociação da qualificação profissional dos trabalhadores. Com base em 35 convenções coletivas, o Dieese mostra que temas relativos à qualificação dos trabalhadores estão pouco presentes nas mesas de negociação entre capital e trabalho. Das 35, apenas 12 convenções possuem cláusulas que tratam do tema, e em apenas uma os trabalhadores têm garantido o adicional de salário por qualificação, ou seja, na maioria das vezes as exigências das empresas por trabalhadores mais qualificados não se convertem em maior remuneração. Poucas convenções asseguram compromissos efetivos das empresas com a qualificação do trabalhador. Já em relação aos “empregados estudantes”, a situação é pouco melhor. Das 35 convenções observadas, 28 incluíram ao menos uma cláusula a esse respeito, apesar de apenas uma garantir a concessão de abono salarial aos trabalhadores. As demais tratam da liberação do empregado estudante em dias de provas e exames, da jornada de trabalho e, em um caso, acordo entre empresas e sindicatos para estágios dos estudantes trabalhadores. Pelos dados acima, boa parte do movimento sindical ainda desconsidera que a luta pela qualificação profissional e elevação da escolaridade pode trazer ganhos importantes para os trabalhadores e significar novas relações de proximidade com as bases. Ou, em outros casos, não tem avaliado com precisão os riscos de uma qualificação aligeirada, fragmentada e focada apenas no mercado, feita muitas vezes por instituições mantidas pelos próprios empresários e cuja finalidade é formar trabalhadores disciplinados, produtivos e lucrativos.

Em 2006 existiam no Brasil 256 entidades sindicais representativas dos trabalhadores no setor de Turismo e Hospitalidade, a maior parte delas concentrada nas regiões Sudeste e Sul. Um dos grandes desafios do movimento sindical brasileiro nos próximos anos será enfrentar as grandes redes hoteleiras que têm se implantado com muita força, especialmente no Nordeste do Brasil, alterando não só as exigências em relação à certificação profissional, perfil do trabalhador da hotelaria e à dinâmica de trabalho nessa área, mas também a realidade das comunidades locais.

A presente pesquisa é, portanto, ferramenta estratégica para avaliar aspectos relacionados ao desenvolvimento do turismo e a realidade dos trabalhadores. Pelos dados apresentados, não há como discordar que o turismo é um dos setores mais

dinâmicos da economia brasileira e mundial na atualidade, e que tem função decisiva como instrumento de luta contra a pobreza e o desemprego. Porém, ainda é preciso superar a enorme discrepância entre o progresso econômico gerado pelos continuados resultados positivos que, segundo a Organização Mundial do Turismo (2006), vêm sendo verificados nos destinos emergentes, como o Brasil, e a dura realidade dos trabalhadores do setor. No campo educacional e da qualificação profissional é essencial intensificar a luta pela educação, propedêutica e profissional, gratuita e de qualidade, como direito dos trabalhadores e objeto de negociação com o Estado e empresários.

Cabe, portanto, a nós trabalhadores, dizer qual o tipo de turismo, de educação e de vida queremos para nós e nossos filhos.

Os organizadores

Perfil dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade

DIREÇÃO EXECUTIVA DO DIEESE

Presidente

CARLOS ANDREU ORTIZ
STI. Metalúrgicas de São Paulo

Vice-presidente

JOÃO VICENTE SILVA CAYRES
Sind. Metalúrgicos do ABC

Secretário

ANTONIO SABÓIA B. JUNIOR
SEE. Bancários de São Paulo

Diretor

CARLOS ELI SCOPIM
STI. Metalúrgicas de Osasco

Diretor

ALBERTO SOARES DA SILVA
STI. Energia Elétrica de Campinas

Diretora

ZENAIDE HONÓRIO
APEOESP

Diretor

PEDRO CELSO ROSA
STI. Metalúrgicas de Curitiba

Diretor

PAULO DE TARSO G. B. COSTA
Sind. Energia Elétrica da Bahia

Diretor

LEVI DA HORA
STI. Energia Elétrica de São Paulo

Diretor

CARLOS DONIZETI FRANÇA DE OLIVEIRA
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo

Diretor

MARA LUZIA FELTES
SEE. Assessoria Perícias e Semapi Porto Alegre

Diretor

CÉLIO FERREIRA MALTA
STI. Metalúrgicas de Guarulhos

Diretor

EDUARDO ALVES PACHECO
CNTT/CUT

Direção Técnica

Diretor Técnico

CLEMENTE GANZ LÚCIO

Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

ADEMIR FIGUEIREDO

Coordenador de Relações Sindicais

NELSON KARAM

Elaboração

JOSÉ SILVESTRE PRADO DE OLIVEIRA
(Coordenador)

PEDRO DO SANTOS BEZERRA

ANA SIMÕES MARGARETH

DENIS OSHIMA (estagiário)

ALEXANDRE FERRAZ

Crítica e revisão

NELSON KARAM

VERA LÚCIA MATTAR GEBRIM

Introdução

Este estudo tem a finalidade de fornecer subsídios que possibilitem identificar necessidades e demandas no que se refere à qualificação profissional dos trabalhadores do setor de turismo. E oferecer elementos que contribuam para o desenvolvimento da formação e certificação profissional no setor. Para isso, foi prevista a elaboração de alguns produtos, que serão apresentados a seguir.

É importante esclarecer que, em virtude da grande amplitude e diversidade das atividades que compõem o setor de Turismo e Hospitalidade, a análise será centrada no segmento “Alojamento” - que compreende hotéis e pousadas - por ser o principal alvo de interesse para a qualificação dos trabalhadores.

No capítulo 1 há o Diagnóstico Setorial. Apresenta os principais dados socioeconômicos do setor e algumas características dos estabelecimentos que o compõem, como distribuição geográfica, número de trabalhadores que empregam e atividades desenvolvidas.

O capítulo 2 - Perfil dos Trabalhadores – tem informações sobre as características dos trabalhadores do segmento de alojamento, no que se refere a seus atributos pessoais - como sexo e idade - e características profissionais – remuneração, função e tempo de serviço.

No capítulo 3 - Análise de Cláusulas sobre Qualificação Profissional – é descrito o conteúdo das normas relativas ao tema qualificação profissional, estabelecidas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho firmados no setor.

Por fim, o capítulo 4 - Mapeamento das Entidades Sindicais Representativas dos Trabalhadores do Setor - apresenta o levantamento das entidades sindicais que representam os trabalhadores em Turismo e Hospitalidade no Brasil, bem como algumas informações cadastrais a elas relativas.

Para a elaboração deste trabalho as principais fontes de dados utilizadas foram a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE - Instituto Nacional de Geografia e Estatística) e Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, além de outras fontes secundárias. No que se refere ao período da análise, foram utilizadas as últimas informações disponíveis no momento em que se iniciou a elaboração do presente documento.

CAPÍTULO 1

Setor Turismo e Hospitalidade e segmento Alojamento

Setor Turismo e Hospitalidade e segmento Alojamento

1.1. Caracterização do Setor Turismo e Hospitalidade

1.1.1. Configuração do setor

A análise do setor de Turismo e Hospitalidade encontra algumas limitações decorrentes da falta de estatísticas específicas para o setor. A implementação de uma “Conta Satélite do Turismo” nos moldes pregados pela OMC e existente em outros países está sendo discutida no país, pelo IBGE e entidades e associações ligadas ao setor. Até o momento, entretanto, apenas algumas tentativas isoladas de inferir o impacto do setor sobre a economia foram realizadas. Com a ausência de estatísticas específicas, o desmembramento dos dados para caracterização do setor leva muitas vezes à duplicação dos dados e à exclusão de atividades não relacionadas.

Internamente, o setor de Turismo e Hospitalidade divide-se em atividades denominadas “típicas” – como alojamentos e agências de viagens, voltadas exclusivamente ao turismo e que dependem da entrada de recursos externos à localidade - e as atividades chamadas “correlatas” - como alimentação e transporte rodoviário de passageiros, que atendem aos turistas e à população local. Essa peculiaridade faz com que grande parte dos indicadores elaborados para a análise do setor seja composta por informações relativas a ambos os segmentos – típicos e correlatos -, o que impossibilita examinar os impactos provocados exclusivamente pelo turismo na economia.

1.1.2. Desempenho Econômico

Em diversos países, o turismo tem se caracterizado como uma das atividades capazes de impulsionar o crescimento econômico, dada a capacidade de geração de empregos e divisas.

O Brasil, segundo informações do Ministério do Turismo, foi destinatário, em 2005, de 0,67% do total do fluxo receptivo de turistas, e de 0,57% do total das

receitas cambiais com turismo no mundo, proporção ainda pequena frente ao potencial turístico do país. Enquanto países como França, Espanha e EUA receberam, respectivamente, 76, 56 e 49 milhões de turistas estrangeiros em 2005, o Brasil recebeu apenas 5,4 milhões.

A receita cambial gerada com turismo no Brasil, que vinha mantendo crescimento anual em torno de 20% desde 2002, alcançou 3,9 bilhões de dólares em 2005, o que significou saldo líquido negativo de US\$ 859 mil em relação ao ano anterior. Com o resultado, o setor ocupa o quinto lugar na pauta de exportação.

A maior parte dos turistas que desembarcam no país provém da Argentina, EUA, Portugal, Uruguai, Alemanha, e Itália, nesta ordem. Ao todo, desembarcaram no Brasil, em 2005, 6.788.233 passageiros, segundo dados da Infraero, que incluem também brasileiros regressando do exterior. Número bastante inferior aos 43,1 milhões de passageiros em vôos domésticos.

A Embratur contabilizou, em 2005, 9.130 agências de turismo registradas no país, 6.473 transportadoras turísticas e 4.981 estabelecimentos de hospedagem.

Ainda segundo a Embratur (2006), o investimento do governo no setor cresceu substancialmente, tendo o Ministério do Turismo realizado um desempenho da ordem de 740 milhões de reais, o que representa aumento de 96,8% em relação ao ano anterior. No mesmo período cresceram também os gastos de outras esferas do governo com o setor, como o BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, que juntos gastaram R\$ 1.978.773.000, cerca de 41% mais do que no ano anterior.

Os registros do Ministério do Turismo mostram também elevação significativa da demanda por mão-de-obra qualificada, com o registro de 165 bacharéis em Turismo registrados no órgão, número duas vezes maior que o registrado no ano anterior. Igualmente aumentou o número de guias de turismo cadastrados: de 15.276 em 2004, para 17.324 em 2005.

A despeito da dificuldade de dimensionamento das atividades turísticas, conforme observou-se, outros estudos demonstram a crescente importância do setor na economia nacional. O Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – UNB – elaborou em 2004 uma matriz de contabilidade social para o turismo, utilizando informações referentes a 2002. Entre outras fontes, foram utilizadas as diretrizes da Organização Mundial do Turismo para a construção das contas satélites do turismo, que prevêem a agregação de indicadores referentes aos seguintes segmentos:

- restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação;

- estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário;
- serviços recreativos, culturais e esportivos;
- transporte rodoviário regular de passageiros;
- transporte rodoviário não regular de passageiros;
- transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos;
- transporte aéreo regular;
- transporte aéreo não regular;
- agências de viagens e organizadores de viagens;
- atividades auxiliares ao transporte terrestre;
- atividades auxiliares ao transporte aéreo;
- aluguel de automóveis e outros meios de transporte.

Na Tabela 1, a seguir, são apresentados os principais indicadores econômicos produzidos por este estudo. Pode-se observar que o setor de turismo foi responsável por quase 4% das divisas internacionais recebidas pelo Brasil em 2002, e que sua participação no PIB foi superior a 5%.

TABELA 1

Participação do Setor de Turismo na Economia Brasileira - Indicadores Básicos
Brasil 2002

INDICADOR	TURISMO (A) (em R\$)	BRASIL (B)(em R\$)	A/B (em %)
Produção Total	109.853.890	2.543.258.971	4,32
PIB	77.575.209	1.395.209.511	5,56
Impostos Indiretos	8.582.428	161.470.687	5,32
Recebimentos de Divisas	7.768.153	196.353.844	3,96
Investimentos Privados	398.027	237.059.096	0,17

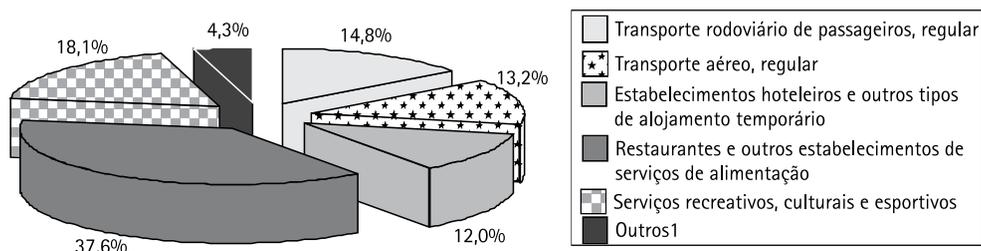
Fonte: UNB, 2004 Elaboração: Dieese

O Gráfico 1 mostra a participação de cada um dos segmentos de turismo no PIB do setor. Pode-se observar que o segmento “Alimentação”, caracterizado como correlato, é o que gera a maior parte da riqueza produzida: quase 40% do total.

GRÁFICO 1

Distribuição do PIB do Turismo segundo segmentos

Brasil 2002



Fonte: UNB, 2004 Elaboração adaptada: Dieese

1.1.3. Ocupação

A Tabela 2, na qual são expostas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD/IBGE - demonstra que, em 2005, o setor de turismo ocupou aproximadamente 4,5 milhões de pessoas, respondendo por mais de 5% do total dos postos de trabalho existentes naquele ano.

A distribuição dos ocupados no ramo de turismo, nas Grandes Regiões Geográficas e nas Regiões Metropolitanas (RM), evidencia grande concentração da ocupação nos centros mais dinâmicos: 41% encontram-se nas regiões metropolitanas e 59% nas demais localidades do território nacional.

A região Sudeste detém quase metade dos ocupados no setor, seguida pela Nordeste, com cerca de 1/4. Na região Sul estão 13% dos ocupados em turismo. As regiões Norte e Centro-Oeste reúnem, cada uma, aproximadamente 7% do total.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro trabalham, respectivamente, 31% e 24% do total dos ocupados em turismo nas regiões metropolitanas. Nas demais, a proporção é inferior a 10%.

¹ São considerados ocupados os empregados, os trabalhadores por conta própria, os empregadores e os trabalhadores domésticos.

TABELA 2

Distribuição dos ocupados em turismo e atividades correlatas¹
segundo áreas geográficas
Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas, 2005

ÁREA GEOGRÁFICA	NÚMERO	%
Brasil	4.531.064	100,0
Brasil (exclusive RMs)	2.663.041	58,8
Regiões Metropolitanas (RMs)	1.868.023	41,2
GRANDES REGIÕES		
Região Norte	338.688	7,5
Região Nordeste	1.082.223	23,9
Região Sudeste	2.218.359	49,0
Região Sul	564.054	12,4
Região Centro-Oeste	327.740	7,2
Brasil	4.531.064	100,0
REGIÕES METROPOLITANAS (RMS)² E DISTRITO FEDERAL		
Belém	58.292	3,1
Fortaleza	105.281	5,6
Recife	112.738	6,0
Salvador	132.745	7,1
Belo Horizonte	163.562	8,8
Rio de Janeiro	441.543	23,6
São Paulo	581.286	31,1
Curitiba	94.497	5,1
Porto Alegre	113.914	6,1
Distrito Federal	64.165	3,4
Total RMs	1.868.023	100,0

Notas:

¹As informações sobre ocupados podem não ser exclusivas do ramo de turismo, pois foram extraídas de segmentos que podem atender à população local e aos turistas. Tentou-se utilizar os segmentos que mais se aproximam da atividade.

²Essas são as Regiões Metropolitanas comumente utilizadas pelo IBGE; entretanto, a depender da fonte adotada, mencionam-se outras Regiões Metropolitanas importantes para o ramo do turismo.

Fonte: PNAD 2005 Elaboração: Dieese

Na Tabela 3, é apresentada a distribuição dos ocupados e dos empregados nos diversos segmentos que compõem o setor “Turismo e Hospitalidade”. Os segmentos correlatos são os maiores responsáveis pela geração de postos de trabalho no setor: cerca de 90% dos ocupados em 2005 pertenciam aos segmentos “Alimentação” (59%) e “Transportes Rodoviários de Passageiros” (31%).

TABELA 3
Distribuição dos ocupados e empregados em turismo e atividades correlatas¹, por segmentos
Brasil, 2005

SEGMENTOS	OCUPADOS		EMPREGADOS	
			NÚMERO	%
Alojamento (hotéis, pousadas etc)	323.499	7,1	286.685	10,6
Alimentação (exclusive ambulantes)	2.671.043	58,9	1.451.698	53,9
Transporte rodoviário de passageiros	1.388.420	30,6	841.135	31,2
Transporte aéreo	56.904	1,3	53.867	2,0
Agências de viagens e organizadores de viagens	71.638	1,6	48.381	1,8
Aluguel de veículos	19.560	0,4	12.885	0,5
Total	4.531.064	100,0	2.694.651	100,0

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: Dieese

Nota: ¹Os segmentos aqui analisados podem não ser exclusivos do ramo de turismo. Tentou-se analisar os que mais se aproximam da atividade.

1.2. Caracterização do segmento Alojamento

Neste capítulo serão apresentadas informações sobre o desempenho econômico e algumas características do segmento “alojamento”, composto por hotéis, pousadas e similares.

1.2.1. Desempenho Econômico

Na Tabela 4 há informações relativas ao segmento “alojamento” divulgadas pelo Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, que possibilitam observar o dinamismo econômico crescente nesse segmento nos últimos três anos.

TABELA 4

Taxa de Ocupação, Diária Média e Receita Média por Apartamento Disponível (Revpar)
Brasil, 2002- 2006

PERÍODOS	TAXA DE OCUPAÇÃO		DIÁRIA MÉDIA		REVPAR	
	%	Varição % ⁽¹⁾	R\$	Varição % ⁽¹⁾	R\$	Varição % ⁽¹⁾
2002	51,5	-	124,6	-	64,7	-
2003	55,4	7,6	125,2	0,5	69,4	7,3
2004	56,0	1,1	114,0	(-8,9)	64,0	(-7,8)
2005	61,0	8,9	121,0	6,1	74,0	15,6
2006(jan/ago)	63,0	4,0	125,0	8,0	78,0	12,0

Nota: ¹sobre o mesmo período do ano anterior

Fonte: FOHB / BNDES – Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil / Banco Nacional de Desenvolvimento Social

Elaboração adaptada: Dieese

A taxa de ocupação hoteleira - calculada a partir da ocupação efetiva sobre o número de apartamentos disponíveis -, que equivalia a 51,5% em 2002, atingiu 61% em 2005, crescimento de cerca de 18%. Nos primeiros nove meses de 2006, essa taxa atingiu média de 63%, o que significa acréscimo de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores da diária média por hospedagem que, em termos nominais, mantiveram-se relativamente estáveis em 2003, sofreram queda de 9% em 2004, voltando a crescer em 2005. Nos primeiros nove meses de 2006, com acréscimo de 8% frente a igual período do ano anterior, as diárias voltam praticamente ao mesmo valor nominal médio de 2002.

O Revpar - Receita por Apartamento Disponível - indicador obtido a partir da divisão da receita com hospedagem em determinado período pelo número total de apartamentos disponíveis no mesmo período - expressa o faturamento médio por apartamento. Esse indicador, que também sofreu queda em 2004, apresentou crescimento significativo em 2005 (16%). De janeiro a julho de 2006, o Revpar evoluiu 12% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, o que demonstra bom desempenho do faturamento do setor.

1.2.2. Características dos Estabelecimentos e do Emprego Formal

Neste tópico serão apresentadas informações relativas aos estabelecimentos e empregados no ramo de “Alojamento”, com vínculo empregatício formal, ou seja, trabalhadores que possuem carteira de trabalho assinada.

1.2.2.1. Estabelecimentos e empregos por áreas geográficas

Segundo dados da RAIS/MTE de 2005, apresentados na tabela abaixo, o ramo de alojamento no Brasil emprega formalmente em torno de 227 mil pessoas.

Dos cerca de 21,4 mil estabelecimentos que compõem o segmento no Brasil, quase 80% estão situados em áreas não metropolitanas e cerca de 20% em regiões metropolitanas.

A maior concentração dos alojamentos - 45% - está na região Sudeste. No Nordeste está instalado 21% do total de estabelecimentos, percentual aproximado do verificado na região Sul. No Centro-Oeste encontra-se cerca de 10%, e na região Norte apenas 4,8%.

É interessante notar que nas regiões metropolitanas há, em média, 17 empregados por estabelecimento. No restante do país, essa média corresponde a nove empregados por estabelecimento.

Entre as regiões metropolitanas, a menor média observada foi em Porto Alegre - 11 trabalhadores por estabelecimento -, quase três vezes menor que a do Rio de Janeiro, de cerca de 30.

TABELA 5

Distribuição dos empregados e dos estabelecimentos de alojamento¹ segundo área geográfica Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas, 2005

ÁREA GEOGRÁFICA	EMPREGADOS		ESTABELECIMENTOS		MÉDIA EMPREG/ESTABEL
	Nº	%	Nº	%	Nº
Brasil ²	227.068	100	21.428	100	10,6
Brasil (exclusive RMs)	150.431	66,2	17.008	79,4	8,8
Regiões Metropolitanas	76.637	33,8	4.420	20,6	17,3
Grandes Regiões					
Região Norte	10.181	4,5	1033	4,8	9,9
Região Nordeste	54.000	23,8	4.502	21,0	12,0
Região Sudeste	106.222	46,8	9.622	44,9	11,0
Região Sul	37.776	16,6	4.195	19,6	9,0
Região Centro-Oeste	18.889	8,3	2.076	9,7	9,1
Brasil	227.068	100	21.428	100	10,6
Regiões Metropolitanas					
Belém	2.373	3,1	129	2,9	18,4
Fortaleza	4.568	6,0	342	7,7	13,4
Recife	8.447	11,0	395	8,9	21,4
Salvador	6.821	8,9	408	9,2	16,7
Belo Horizonte	5.979	7,8	442	10,0	13,5
Rio Janeiro	18.960	24,7	633	14,3	30,0
São Paulo	20.875	27,2	1.334	30,2	15,6
Curitiba	4.432	5,8	345	7,8	12,8
Porto Alegre	4.182	5,5	392	8,9	10,7
Total RMs	76.637	100	4.420	100	17,3

Notas: ¹ Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

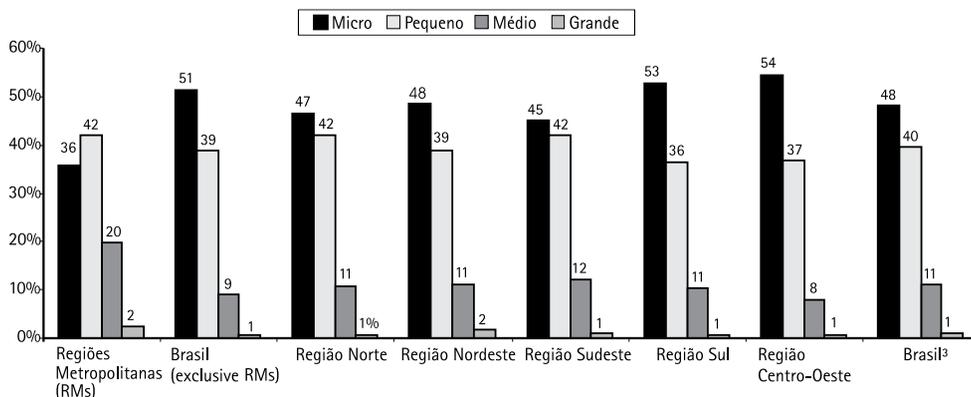
² Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 2005 - MTE Elaboração: Dieese

1.2.2.2. Estabelecimentos e emprego segundo porte das empresas

No ramo de alojamento no Brasil há claro predomínio de estabelecimentos de micro e pequeno porte, independentemente da região. Exceto nas áreas metropolitanas, nas quais a presença de empreendimentos de médio porte ganha maior expressão (20%), nas demais áreas consideradas no Gráfico 2 os estabelecimentos de micro e pequeno porte têm participação próxima de 90%.

GRÁFICO 2
Distribuição dos estabelecimentos de alojamento¹ segundo tamanho²
Brasil e Grandes Regiões, 2005



Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Micro: até 4 empregados; Pequeno: 5 a 19; Médio: 20 a 99; Grande - mais de 100.

³Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 2005 - MTE Elaboração: Dieese

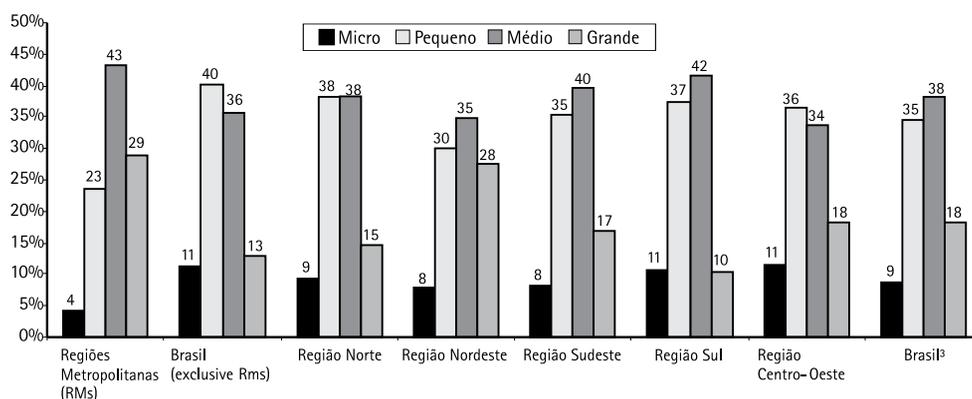
A distribuição dos empregados segundo o tamanho dos estabelecimentos demonstra que, apesar das pequenas e microempresas reunirem 88% do total de estabelecimentos de alojamentos, as de médio porte respondem pela maior parte dos postos de trabalho existentes nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, bem como nas Regiões Metropolitanas (Gráfico 3). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, a proporção de empregados em empresas pequenas e médias é praticamente a mesma.

É interessante notar que 29% dos empregados em alojamentos da região Nordeste estão concentrados em empresas de grande porte, mesmo percentual registrado nas pequenas empresas da região, tal como apresentado no gráfico a seguir.

As empresas de médio e grande porte, que em todas as regiões geográficas atingem menos de 15% do total de estabelecimentos, agregam, no mínimo, 56% do total de empregados, chegando a responder por 72% dos postos de trabalho existentes nos alojamentos do conjunto das RMs, e a 63% na região Nordeste.

GRÁFICO 3

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ segundo tamanho dos estabelecimentos²
Brasil e Grandes Regiões, 2005



Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Micro: até 4 empregados; Pequeno: 5 a 19; Médio: 20 a 99; Grande - mais de 100.

³Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 2005 - MTE

Elaboração: Dieese

1.2.2.3. Alterações no perfil do emprego de 1995 a 2005

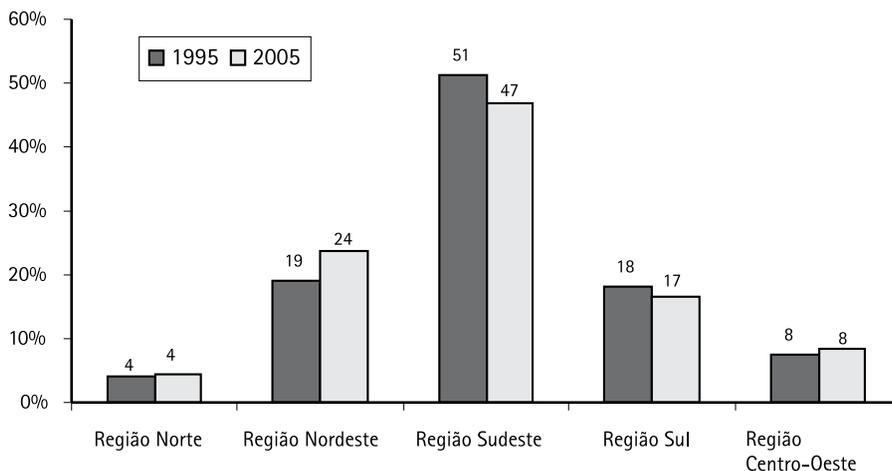
Nos Gráficos 4 e 5, é apresentada a distribuição dos empregados do segmento “Alojamento” nas grandes regiões e nas áreas metropolitanas em 1995 e em 2005, para serem observadas as mudanças expressivas que ocorreram na distribuição do emprego durante o período em questão.

Nas regiões Sudeste e Sul houve redução do percentual de trabalhadores, passando de 51% para 47% no Sudeste, e de 18% para 17% no Sul. Centro-Oeste e Norte mantiveram, em 2005, a mesma proporção observada em 1995. Já a região Nordeste registrou crescimento relativo do emprego, passando a representar 24% do total frente aos 19% de 1995.

A ampliação do emprego no Nordeste deve-se à abertura de novos empreendimentos turísticos na região durante esse período.

GRÁFICO 4

Distribuição dos empregados em alojamentos por regiões geográficas¹
Brasil e Grandes Regiões, 1995 e 2005



Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Micro: até 4 empregados; Pequeno: 5 a 19; Médio: 20 a 99; Grande - mais de 100.

³Exclusive ignorados.

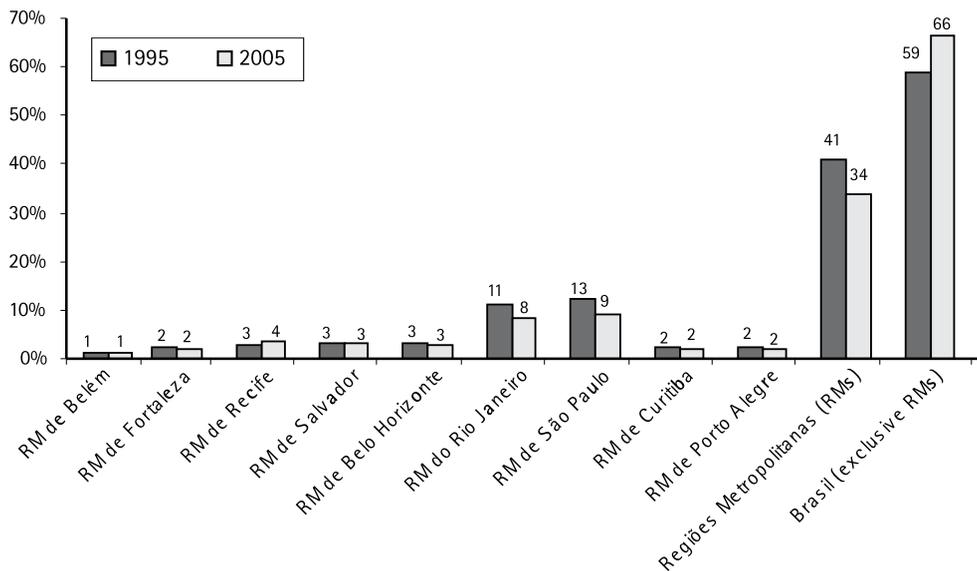
Fonte: RAIS 1995 e 2005 – MTE Elaboração: Dieese

O Gráfico 5 demonstra a distribuição dos empregados nas áreas metropolitanas. É importante notar que todos os percentuais nele apresentados foram calculados sobre o total de empregos do segmento no Brasil.

Essas informações revelam que há redução da proporção de empregados em estabelecimentos de alojamento situados nas regiões metropolitanas, de 41% em 1995, para 34% em 2005. As maiores quedas foram observadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, que contribuía, respectivamente, com 13% e 11% em 1995. Embora continuem apresentando a maior concentração de trabalhadores, passaram a participar, respectivamente, com 9% e 8% cada, em 2005.

GRÁFICO 5

Distribuição dos empregados em alojamentos por regiões metropolitanas¹
Brasil e Regiões Metropolitanas, 1995 e 2005



Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Micro: até 4 empregados; Pequeno: 5 a 19; Médio: 20 a 99; Grande - mais de 100.

³Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 1995 e 2005 - MTE

Elaboração: Dieese

CAPÍTULO 2

Perfil dos trabalhadores em Alojamento

Perfil dos trabalhadores em Alojamento

Neste capítulo pretende-se traçar o perfil dos empregados no segmento “Alojamento”. Para isso, serão levantadas as principais características desses trabalhadores, no que se refere aos seus atributos pessoais - como sexo e idade -, e características profissionais - remuneração, função e tempo de serviço.

Na primeira parte, as análises referir-se-ão apenas aos trabalhadores com vínculo empregatício formalizado - os que possuem registro em carteira de trabalho. Na segunda, serão apresentadas e comentadas as informações relativas aos trabalhadores informais, que não possuem carteira de trabalho assinada.

Sempre que possível, serão comparados os dados referentes ao período compreendido de 1995 a 2005, de forma a captar as alterações ocorridas ao longo desses dez anos, marcados por enormes transformações no processo produtivo.

2.1. Perfil dos trabalhadores com contrato de trabalho formal

2.1.1. Atributos pessoais

Aqui, serão analisadas algumas características dos trabalhadores com contrato de trabalho formalizado, no segmento “Alojamento”, no Brasil e nas diversas regiões metropolitanas. Esses dados - sexo, idade e escolaridade - foram extraídos da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

2.1.1.1. Sexo

A Tabela 6 apresenta informações sobre a distribuição de empregados homens e mulheres e suas respectivas remunerações no Brasil e em Regiões Metropolitanas.

Em 1995, a participação de homens e mulheres no emprego formal do segmento “Alojamento” no Brasil era bastante equilibrada: 51% dos empregados eram homens e 49% mulheres.

Nas regiões metropolitanas, as pessoas do sexo masculino correspondiam a 52% do total de empregados, e as do sexo feminino equivaliam a 48%, distribuição muito pró-

xima da observada no Brasil. Entretanto, há algumas diferenciações marcantes entre as áreas metropolitanas, como o predomínio da participação masculina em Fortaleza (62%), Recife (57%), Salvador (55%) e Rio de Janeiro (60%), e da feminina em Belo Horizonte (60%), Curitiba (58%) e Porto Alegre (57%). Em São Paulo, a presença das mulheres é levemente superior (51%), e em Belém a distribuição é equânime. As diferenças talvez estejam relacionadas ao tipo de atividade turística predominante em cada uma das regiões metropolitanas.

Em relação à defasagem entre a remuneração média de homens e mulheres, nas RMs as diferenças são acentuadas. Os rendimentos das mulheres representam desde 59% dos auferidos pelos homens, em Belo Horizonte, até 81%, em Fortaleza.

TABELA 6

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ e remuneração média segundo sexo
Brasil e Regiões Metropolitanas, dezembro de 1995

REGIÕES METROPOLITANAS	MASCULINO (A)		FEMININO (B)		TOTAL ²		B/A
	%	REMUNER. (R\$)	%	REMUNER. (R\$)	%	REMUNER. (R\$)	%
Belém	50,0	250,00	50,0	202,00	100,0	226,00	80,8
Fortaleza	62,0	274,00	38,0	248,00	100,0	264,00	90,5
Recife	57,0	316,00	43,0	242,00	100,0	284,00	76,6
Salvador	55,0	259,00	45,0	211,00	100,0	237,00	81,5
Belo Horizonte	40,0	335,00	60,0	199,00	100,0	253,00	59,4
Rio Janeiro	60,0	381,00	40,0	287,00	100,0	344,00	75,3
São Paulo	49,0	538,00	51,0	385,00	100,0	460,00	71,6
Curitiba	42,0	387,00	58,0	302,00	100,0	338,00	78,0
Porto Alegre	43,0	414,00	57,0	285,00	100,0	341,00	68,8
Total RMs	52,0	399,67	48,0	298,59	100,0	351,57	74,7
Brasil (excl. RMs)	51,0	288,00	49,0	218,00	100,0	253,00	75,7
Brasil ³	51,0	334,00	49,0	250,00	100,0	294,00	74,9
Brasil ² (n°)	90.369	-	85.134	-	175.503	-	-

Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55115 - Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante; 55123 - Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante e 55190 - Outros tipos de alojamento.

² Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 1995 - MTE Elaboração: Dieese

As mesmas informações relativas ao ano de 2005 revelam algumas mudanças no perfil dos empregados do segmento “Alojamento” em relação ao ano de 1995. Em primeiro lugar, as mulheres aumentaram a participação relativa de 49% para 55% no conjunto dos empregados, passando a ser a maioria da categoria (Tabela 7).

O avanço da participação das mulheres no emprego nesse segmento ocorre em todas as regiões metropolitanas. Em relação a 1995, o crescimento variou de dois pontos percentuais observados em Salvador e Rio de Janeiro, até 11 pontos percentuais registrados em Fortaleza. Apesar do aumento expressivo da participação das mulheres no emprego do setor de alojamento em Fortaleza, a região com maior participação feminina continua sendo Belo Horizonte, com 66% do total, seguida de Porto Alegre, com 65% do total.

Entretanto, a maior presença feminina não foi capaz de eliminar as diferenças salariais existentes entre os sexos. Ao contrário, de 1995 a 2005, em média, a relação entre o salário das mulheres e o dos homens pouco se alterou. Em 1995, o salário da mulher correspondia a 75% do salário masculino. Em 2005, essa proporção era de 77% (R\$ 549 contra R\$ 711).

Nas regiões metropolitanas, o comportamento da remuneração das mulheres em relação ao dos homens é significativamente diferente no período analisado. Em Fortaleza, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, a remuneração média das mulheres distanciou-se - de 2 a 5 pontos percentuais - da percebida pelos homens. Em Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, o movimento foi oposto: os rendimentos médios das mulheres aproximaram-se dos masculinos, com redução da diferença existente em 1995 de 5 a 14 pontos percentuais, a depender da localidade. Já em Belém e Salvador, a relação entre eles se manteve praticamente constante.

A maior remuneração média metropolitana do setor em dezembro de 2005 foi observada em São Paulo - R\$ 1.038 -, região na qual os homens recebiam o equivalente a R\$ 1.296, e as mulheres a R\$ 861, ou seja, apenas 66%.

A menor remuneração média metropolitana foi auferida em Fortaleza e Belo Horizonte - R\$ 546. Em Belo Horizonte também foi verificada a menor de todas as remunerações médias analisadas: R\$ 486 para as mulheres. É curioso notar que exatamente na RM de Belo Horizonte a participação das mulheres é a mais expressiva (66%), e onde se verificou a maior redução da diferença entre os rendimentos femininos e os masculinos, de 14 pontos percentuais.

TABELA 7

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ e remuneração média segundo sexo
Brasil e Regiões Metropolitanas, dezembro de 2005

REGIÕES METROPOLITANAS	MASCULINO (A)		FEMININO (B)		TOTAL ²		B/A
	%	REMUNER. (R\$)	%	REMUNER. (R\$)	%	REMUNER. (R\$)	
Belém	42	612,00	58	507,00	100	552,00	82,8
Fortaleza	51	582,00	49	507,00	100	546,00	87,1
Recife	52	630,00	48	534,00	100	585,00	84,8
Salvador	53	723,00	47	585,00	100	657,00	80,9
Belo Horizonte	34	666,00	66	486,00	100	546,00	73,0
Rio Janeiro	58	879,00	42	705,00	100	807,00	80,2
São Paulo	41	1.296,00	59	861,00	100	1.038,00	66,4
Curitiba	38	822,00	62	624,00	100	699,00	75,9
Porto Alegre	35	915,00	65	594,00	100	705,00	64,9
Reg. Metropolitanas	47	892,43	53	673,46	100	776,28	75,5
Brasil (excl. RMs)	45	612,00	55	489,00	100	543,00	79,9
Brasil ³	45	711,00	55	549,00	100	621,00	77,2
Brasil ² (Nº abs.)	102.996	-	124.072	-	227.068	2,07	-

Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

² Exclusive ignorados

Fonte: RAIS 2005 - MTE Elaboração: Dieese

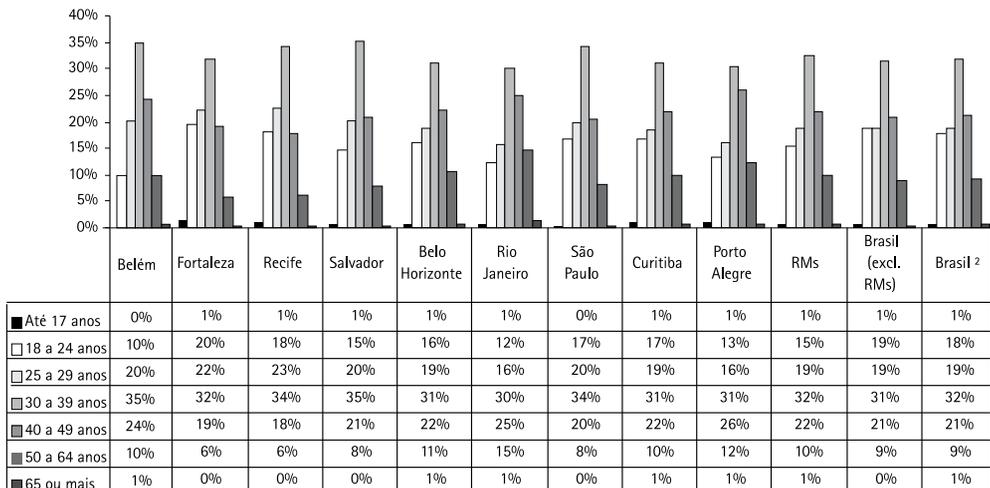
2.1.1.2. Faixa Etária

O perfil etário da força de trabalho brasileira empregada no segmento “Alojamento” pouco se alterou de 1995 a 2005, demonstrando relativa homogeneidade. Conforme atestam os dados do Gráfico 6, em 2005 os trabalhadores com idade de 30 a 39 anos são a parcela mais expressiva dos empregados, representando 32% do total. Em seguida, encontram-se os empregados de 40 a 49 anos, com 21%. A faixa etária de 25 a 29 anos reúne 19% dos empregados; a de 18 a 24, 18%, e a de 50 a 64, 9%.

Entre as regiões metropolitanas há muitas semelhanças na distribuição etária dos trabalhadores. Em todas elas, a faixa de 30 a 39 anos de idade é, isoladamente, a mais representativa, pois congrega mais de 30% dos empregados.

GRÁFICO 6

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ segundo faixa etária
Brasil e Regiões Metropolitanas, 2005



Notas: ¹ Refere-se as CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 – Outros tipos de alojamento.
² Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 2005 – MTE

Elaboração: Dieese

2.1.1.3. Escolaridade

A situação de escolaridade dos trabalhadores brasileiros do segmento de “Alojamento” apresentou alteração significativa de 1995 a 2005. Em 1995, 58% possuíam até a 8ª série incompleta, e apenas 10% segundo grau completo (Tabela 8). No ano de 2005, os empregados com segundo grau completo passaram a representar 27% do total, e os menos escolarizados caíram para 29% (Tabela 9). Quando se consideram todos os trabalhadores que completaram e os que não completaram o segundo grau, o total dos empregados, 18% em 1995, passa para 39% em 2005.

Isso pode indicar que as empresas do segmento aumentaram o nível de exigência com relação à formação dos trabalhadores; ou, ainda, que os trabalhadores do segmento estão investindo na sua escolaridade. Quando se associam os dados referentes à escolaridade e à remuneração, nota-se que, quanto mais anos de estudo tem o trabalhador, mais elevada tende a ser a sua remuneração. Todavia, a diferença é mais acentuada entre os que têm superior incompleto ou completo - que recebiam, em média, R\$ 1.580,26 em dezembro de 2005 - e aqueles que não o têm, cuja remuneração variava entre R\$ 510,55 (4ª série incompleta) e R\$ 633 (segundo grau completo).

TABELA 8

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ segundo grau de instrução e remuneração
Brasil e Regiões Metropolitanas, dezembro de 1995

REGIÕES METROPOLITANAS		GRAU DE INSTRUÇÃO						Total ²
		Até 4ª série completa	8ª série incom- pleta	8ª série completa	2º grau incom- pleto	2º grau completo	Superior completo + incom- pleto	
Belém	%	26	21	17	8	15	13	100
	(R\$)	189,24	225,00	249,00	313,00	328,00	99,15	227,00
Fortaleza	%	23	23	25	8	18	3	100
	(R\$)	181,91	205,00	238,00	242,00	370,00	936,18	265,00
Recife	%	29	15	16	9	20	10	100
	(R\$)	204,00	221,00	241,00	267,00	423,00	432,70	286,00
Salvador	%	31	19	21	10	15	4	100
	(R\$)	200,43	194,00	208,00	232,00	307,00	614,73	237,00
Belo Horizonte	%	43	22	15	7	9	4	100
	(R\$)	195,96	224,00	236,00	252,00	437,00	677,94	253,00
Rio de Janeiro	%	42	17	19	5	11	6	100
	(R\$)	229,87	254,00	313,00	375,00	534,00	1.163,47	345,00
São Paulo	%	44	23	13	5	8	7	100
	(R\$)	361,08	398,00	419,00	507,00	676,00	1.070,90	460,00
Curitiba	%	27	21	25	10	12	5	100
	(R\$)	287,11	304,00	309,00	371,00	432,00	599,44	338,00
Porto Alegre	%	27	25	24	8	11	5	100
	(R\$)	273,92	281,00	328,00	384,00	443,00	842,66	343,00
Total RMs	%	38	20	18	6	11	6	100
	(R\$)	272,07	296,17	310,62	360,67	488,87	888,95	352,71
Brasil (excl. RMs)	%	34	24	21	9	10	3	100
	(R\$)	211,61	229,00	244,00	259,00	356,00	681,37	254,00
Brasil ²	%	36	22	20	8	10	4	100
	(R\$)	237,91	254,00	269,00	293,00	415,00	806,46	295,00
Brasil ²	Nº abs.	61.676	38.409	33.699	13.583	18.115	7.333	172.815

Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55115 - Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante; 55123 - Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante e 55190 - Outros tipos de alojamento.

² Exclusive ignorados

Nas nove Regiões Metropolitanas analisadas há expressivo recuo da participação dos menos escolarizados (até 8ª série incompleta) e aumento daqueles com grau de instrução mais elevado (segundo grau incompleto e completo).

Em 1995, na média das regiões metropolitanas, de cada 100 trabalhadores formais do segmento de alojamento, 58 não tinham completado a 8ª série do primeiro grau. Uma década depois, a relação recuou de 58% para 27%. Individualmente, a região metropolitana de São Paulo apresentou a maior redução de trabalhadores com baixa escolaridade de 1995 a 2005. No primeiro ano, os empregados formalizados com até a 8ª série incompleta representavam 67%; no segundo ano, esse contingente recuou para 29%.

Na outra ponta, ou seja, entre aqueles com segundo grau incompleto e segundo grau completo, a participação aumentou de 13% (1995) para 33% (2005).

Do ponto de vista da escolaridade mais elevada (superior incompleto e completo) também ocorreram mudanças nesse período, mas em proporção bem menos acentuada. Por exemplo, na média das regiões, os trabalhadores com essa escolaridade eram 6% em 1995 e 9% em 2005.

No que se refere à remuneração, as diferenças entre as regiões metropolitanas são relativamente pequenas, excetuando-se a de São Paulo: em dezembro de 2005 era de R\$ 1.038. Nas demais, os valores variavam de R\$ 546 (menor) em Belo Horizonte e Fortaleza, até R\$ 807, no Rio de Janeiro.

TABELA 9

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ segundo grau de instrução e remuneração
Brasil e Regiões Metropolitanas, dezembro de 2005

REGIÕES METROPOLITANAS		GRAU DE INSTRUÇÃO						Total ²
		Até 4ª série completa	8ª série incom- pleta	8ª série completa	2º grau incom- pleto	2º grau completo	Superior completo + incom- pleto	
Belém	%	7	10	24	18	35	4	100
	(R\$)	432,20	501,00	480,00	495,00	588,00	1.285,56	552,00
Fortaleza	%	8	10	23	11	41	7	100
	(R\$)	430,35	447,00	426,00	423,00	567,00	1.258,50	546,00
Recife	%	7	13	20	15	40	6	100
	(R\$)	452,34	486,00	471,00	492,00	615,00	1.332,51	585,00
Salvador	%	9	12	17	16	37	8	100
	(R\$)	498,90	498,00	525,00	537,00	642,00	1.672,96	657,00
Belo Horizonte	%	15	18	31	11	22	4	100
	(R\$)	468,10	468,00	459,00	492,00	609,00	1.586,70	546,00
Rio de Janeiro	%	20	13	29	9	21	9	100
	(R\$)	555,60	636,00	603,00	681,00	882,00	2.199,62	807,00
São Paulo	%	16	13	26	9	23	13	100
	(R\$)	741,79	789,00	738,00	834,00	966,00	2.555,95	1.038,00
Curitiba	%	11	12	27	13	28	9	100
	(R\$)	577,01	615,00	570,00	630,00	723,00	1.345,04	699,00
Porto Alegre	%	9	17	28	12	25	9	100
	(R\$)	528,90	588,00	564,00	594,00	765,00	1.572,55	705,00
Total RMs	%	14	13	26	11	27	9	100
	(R\$)	592,57	614,48	593,06	621,09	756,79	2.068,04	776,28
Brasil (excl. RMs)	%	13	16	25	13	27	5	100
	(R\$)	466,95	480,00	501,00	492,00	570,00	1.138,42	543,00
Brasil ²	%	14	15	25	12	27	6	100
	(R\$)	510,55	519,00	534,00	531,00	633,00	1.580,26	621,00
Brasil ²	Nº abs.	30.928	34.716	56.690	27.926	62.316	14.492	227.068

Notas: ¹ Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

² Exclusive ignorados

Fonte: RAIS 2005 - MTE. Elaboração: Dieese

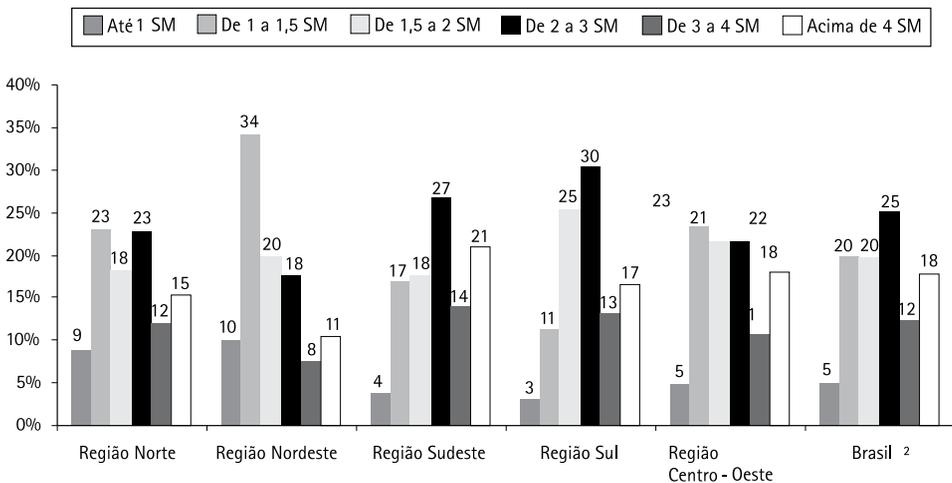
2.1.2. Características do Trabalho

2.1.2.1. Distribuição dos empregados por faixas de rendimento

Em 1995, tendo por parâmetro o rendimento em faixas de salários mínimos, 25% dos trabalhadores formalizados no segmento “Alojamento” percebiam de dois a três salários mínimos. A faixa superior a quatro mínimos abarcava 18% dos empregados. Ao contrário de 1995, em 2005 a classe de renda mais expressiva foi aquela de 1 a 1,5 salário mínimo, que reunia 39% dos trabalhadores (gráficos 7 e 8).

GRÁFICO 7

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ segundo faixa de remuneração Brasil e Grandes Regiões, dezembro de 1995



Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55115 - Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante; 55123 - Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante e 55190 - Outros tipos de alojamento.

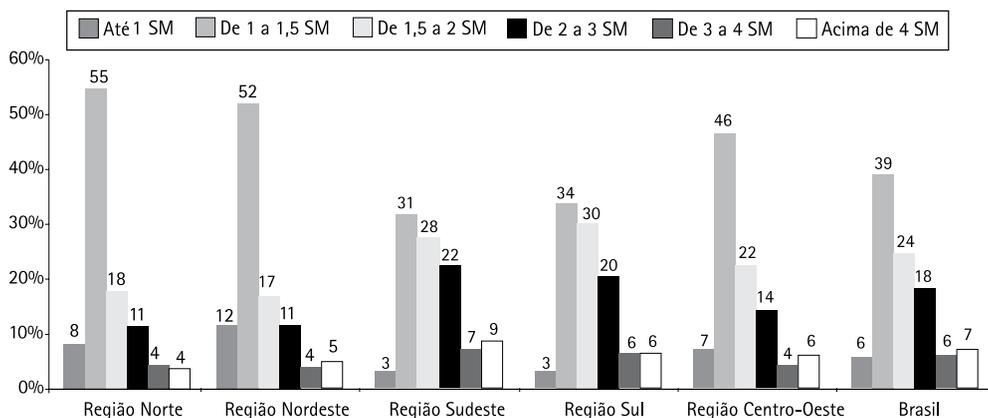
² Excluídos ignorados

Fonte: RAIS 1995 – MTE Elaboração: Dieese

No período de 1995 a 2005 a faixa superior a quatro salários mínimos, que agrupava 18% dos trabalhadores em 1995, passa a contemplar apenas 7% do total em 2005.

GRÁFICO 8

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ segundo faixa de remuneração
Brasil e Grandes Regiões, dezembro de 2005



Notas: ¹Refere-se as CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 2005 - MTE

Elaboração: Dieese

Nas cinco regiões não são verificadas grandes diferenças do ponto de vista da distribuição salarial, muito embora o Norte e, principalmente, o Nordeste, concentrem parcela mais expressiva de trabalhadores na classe correspondente a até 1,5 salário mínimo. Em 1995, esses valores eram, respectivamente, 32% e 44%. Nessa classe de rendimento, o Sul apresenta a menor parcela de empregados.

É importante lembrar que as diferenças salariais é questão estrutural, não se restringido apenas ao setor em análise.

No outro extremo, ou seja, na faixa superior a quatro salários mínimos, o Sudeste apresenta o maior percentual de trabalhadores, exatamente 21% no ano de 1995, enquanto o Nordeste congregava apenas 11%.

Os dados de 2005 revelam mudanças consideráveis no perfil de rendimento dos trabalhadores do setor. A região Norte passou a ter 63% dos seus empregados percebendo até 1,5 salário mínimo. O Nordeste, por sua vez, viu aumentar para 64% o contingente de trabalhadores nessa classe de renda. A faixa de rendimento maior, por outro lado, perde participação no total de trabalhadores em todas as regiões. O Sudeste, por exemplo, passa a ter apenas 9% dos trabalhadores ganhando nessa faixa, enquanto em 1995 eram 21%.

Cabe salientar que a redução de trabalhadores enquadrados em faixas salariais mais elevadas deve-se, fundamentalmente, à melhoria do valor do salário mínimo no período, reajustado em patamares superiores à inflação, e do processo de rotatividade, que promoveu substituição de maiores salários por menores.

2.1.2.2. Rendimentos por porte de estabelecimentos e áreas geográficas

Os rendimentos médios dos empregados no segmento de “Alojamento” apresentam diferenças acentuadas, claramente associadas à região geográfica e ao tamanho das empresas. Invariavelmente, em todas as regiões analisadas na Tabela 10, quanto maior o porte dos estabelecimentos, mais altos os rendimentos médios.

Em termos regionais, independentemente dos tamanhos de empresa considerados (micro, pequeno, médio e grande), o rendimento médio é sempre maior na região Sudeste - e em seguida, na Sul² - e menores na região Nordeste. É importante destacar que essa situação não é exclusiva do segmento de alojamento; a defasagem entre os rendimentos é estrutural e se reproduz em todos os setores econômicos e ramos de atividade.

Verifica-se na Tabela a seguir que os rendimentos médios auferidos pelos empregados nos alojamentos instalados nas regiões metropolitanas são cerca de 43% superiores aos situados em outras localidades do país. Também se observa que nos grandes estabelecimentos da região Sudeste os trabalhadores recebem, em média, quatro vezes mais que os empregados em microestabelecimentos da região Nordeste: R\$ 1.295,68 contra R\$ 354.

TABELA 10

Remuneração média dos empregados em alojamentos¹ segundo tamanho dos estabelecimentos e áreas geográficas Brasil e Grandes Regiões, 2005

ÁREA GEOGRÁFICA	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO ²				
	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL ³
Regiões Metropolitanas (RMs)	506,66	540,28	645,61	1.201,21	776,28
Brasil (exclusive RMs)	405,00	456,00	573,67	850,37	543,00
Região Norte	366,00	402,82	528,18	817,13	507,00
Região Nordeste	354,00	386,74	479,40	820,16	537,00
Região Sudeste	453,00	516,51	640,04	1.295,68	693,00
Região Sul	444,00	507,00	661,20	971,63	612,00
Região Centro-Oeste	402,00	434,47	600,18	796,92	552,00
Brasil ³	420,00	475,29	601,23	1.037,31	621,00

Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Micro: até 4 empregados; Pequeno: 5 a 19; Médio: 20 a 99; Grande - mais de 100.

³Exclusive ignorados

Fonte: RAIS 2005 - MTE Elaboração: Dieese

² À exceção das empresas de médio porte, cujo rendimento é superior na região Sul.

A desagregação dessas informações para as nove Regiões Metropolitanas demonstra que a remuneração média paga em dezembro de 2005 foi de R\$ 776,28. São Paulo pagou o maior salário médio, R\$ 1.038,77, seguido do Rio de Janeiro, cujo rendimento médio foi de R\$ 805,72. No tocante ao tamanho da empresa, o rendimento médio mais elevado foi percebido pelos trabalhadores das de grande porte: R\$ 1.201,21, enquanto o rendimento médio das micro correspondeu a R\$ 506,66 (Tabela 11).

TABELA 11

Distribuição dos empregados em alojamentos¹ e remuneração média segundo tamanho dos estabelecimentos Brasil e Regiões Metropolitanas, dezembro de 2005

REGIÕES METROPOLITANAS (RMS)		TAMANHO DO ESTABELECIMENTO ²						
		MICRO (A)	PEQUENO (B)	MÉDIO (B)	GRANDE (D)	TOTAL ³	TOTAL ³ (nº abs)	D/A
Belém	%	3	25	41	30	100	2.373	-
	(R\$)	394,72	431,47	475,36	777,54	551,91	-	1,97
Fortaleza	%	7	29	33	31	100	4.568	-
	(R\$)	342,98	367,32	522,78	777,94	544,97	-	2,27
Recife	%	3	18	36	43	100	8.447	-
	(R\$)	375,46	435,24	471,31	756,80	584,08	-	2,02
Salvador	%	5	22	34	39	100	6.821	-
	(R\$)	382,20	392,43	558,51	928,67	658,24	-	2,43
Belo Horizonte	%	5	32	48	15	100	5.979	-
	(R\$)	395,61	429,81	552,62	834,67	546,09	-	2,11
Rio de Janeiro	%	2	11	54	34	100	18.960	-
	(R\$)	496,49	504,24	577,65	1.278,44	805,72	-	2,57
São Paulo	%	5	30	37	28	100	20.875	-
	(R\$)	683,97	688,65	847,68	1.741,07	1.038,77	-	2,55
Curitiba	%	6	28	60	6	100	4.432	-
	(R\$)	486,72	565,48	758,22	926,04	697,62	-	1,90
Porto Alegre	%	9	34	45	11	100	4.182	-
	(R\$)	530,47	536,84	729,70	1.254,63	705,78	-	2,37
Total RMs	%	4	23	43	29	100	76.637	-
	(R\$)	506,66	540,28	645,61	1.201,21	776,28	-	2,37
Brasil (excl. RMs)	%	11	40	36	13	100	150.431	-
	(R\$)	404,72	456,00	573,67	850,37	543,21	-	2,10
Brasil ³	%	9	35	38	18	100	227.068	-
	(R\$)	421,00	475,29	601,23	1.037,31	621,87	-	2,46
Brasil ³	Nº abs.	20.032	78.613	86.691	41.732	227.068	-	-

Notas: ¹Refere-se às CNAEs: 55131 - Estabelecimentos hoteleiros e 55190 - Outros tipos de alojamento.

²Micro: até 4 empregados; Pequeno: 5 a 19; Médio: 20 a 99; Grande - mais de 100. ³Exclusivo ignorados Fonte: RAIS 2005 - MTE Elaboração: Dieese

2.1.2.3. Rendimentos por Funções

Aqui serão analisadas as principais ocupações exercidas no setor de turismo, com base na classificação prevista no CBO (Código Brasileiro de Ocupações). Inicialmente, foram listadas as dez principais ocupações com algum peso dentro do conjunto das funções desempenhadas no setor. Entretanto, do ponto de vista da análise serão consideradas apenas as quatro profissões que representam 93% do total dos ocupados. Entre estas, garçom tem o maior peso: 51%, seguido de camareiro de hotel, com 24%, recepcionista de hotel, 11%, e porteiro de hotel, 8% (Tabela 12).

Em relação às grandes regiões, a distribuição das ocupações reproduz o que se observa no Brasil. Como era de se esperar, garçom é a ocupação de maior relevo, variando de 36% (região Norte) até 52% (Sudeste e Sul). Camareiro de hotel, por sua vez, aparece na segunda posição em todas as regiões, representando em torno de 1/4 das ocupações. A função de recepcionista de hotel é a terceira mais freqüente, com participação de cerca de 11% no conjunto das dez ocupações consideradas. A quarta ocupação com maior freqüência é porteiro de hotel, cujo peso oscila de 6% a 8% em todas as regiões, exceto a região Norte, onde tem participação de 22%.

No que se refere às remunerações, a média salarial das dez ocupações levantadas corresponde a R\$ 546,39 em dezembro de 2005. A maior remuneração observada foi a relativa à função de diretor de produção e operações de hotel: R\$ 4.225,89. Das quatro ocupações objeto de análise, registra a maior remuneração recepcionista de hotel, R\$ 594,85. A menor é a de camareira, com média salarial de 458,84.

Em termos inter-regionais, as diferenças salariais dentro de uma mesma ocupação - considerando as quatro mais representativas - são pouco mais acentuadas entre a região Sudeste e o Norte e Nordeste. A maior diferença foi verificada nas ocupações de garçom e porteiro de hotel. Na região Nordeste correspondem a pouco mais de 65% dos valores pagos no Sudeste.

A remuneração média dessas ocupações tendo como parâmetro o salário mínimo oscila de 1,7 a 2 salários mínimos.

TABELA 12

Distribuição dos empregados segundo função e remuneração
Brasil e Grandes Regiões, dezembro de 2005

REGIÕES GEOGRÁFICAS		GARÇOM (em geral)	CAMAREIRO (hotel)	RECEPCION. (hotel)	PORTEIRO (hotel)	OUTROS ⁽¹⁾	TOTAL
Norte	%	36	23	12	22	4	100
	Rem.	457,76	398,18	491,48	522,86	-	471,52
	R\$						
	SM	1,5	1,3	1,6	1,7	-	1,6
Nordeste	%	50	26	11	9	4	100
	Rem.	384,16	375,68	494,46	411,72	-	424,08
	R\$						
	SM	1,3	1,3	1,6	1,4	-	1,4
Sudeste	%	52	22	10	8	7	100
	Rem.	573,26	501,45	651,74	626,68	-	610,75
	R\$						
	SM	1,9	1,7	2,2	2,1	-	2,0
Sul	%	52	25	11	5	5	100
	Rem.	485,18	467,12	619,42	575,50	-	529,52
	R\$						
	SM	1,6	1,6	2,1	1,9	-	1,8
Centro-Oeste	%	50	24	12	8	4	100
	Rem.	501,98	436,29	532,11	478,60	-	512,58
	R\$						
	SM	1,7	1,5	1,8	1,6	-	1,7
Brasil 2	%	51	24	11	8	6	100
	Rem.	512,43	458,84	594,85	554,72	-	546,39
	R\$						
	SM	1,7	1,5	2,0	1,8	-	1,8

Nota: ¹ diretor de produção e operações de hotel; gerente de hotel; chefe de portaria de hotel; mordomo de hotelaria e governanta de hotelaria.

²Exclusive ignorados.

Fonte: RAIS 2005 - MTE. Elaboração: Dieese

2.2. Perfil dos trabalhadores sem contrato de trabalho formal

Nesta seção serão analisados os dados produzidos pela PNAD-IBGE, de forma a captar as principais características dos trabalhadores do segmento “Alojamento” que não têm registro na carteira de trabalho.

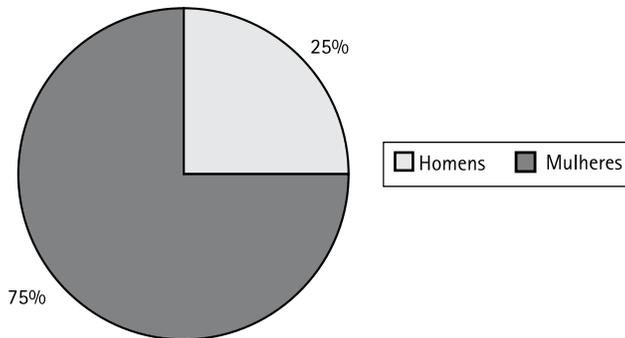
2.2.1. Atributos Pessoais

2.2.1.1. Sexo

O gráfico 9 demonstra que em 2005 a distribuição de homens e mulheres sem carteira de trabalho registrada no segmento Alojamento era exatamente a mesma observada entre os empregados com carteira assinada, analisados no capítulo anterior: as mulheres representam 75% do total, frente a 25% dos homens.

GRÁFICO 9

Distribuição dos empregados sem carteira no segmento alojamento segundo sexo
Brasil - 2005



Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: Dieese

2.2.1.2. Faixa Etária

No que se refere à faixa etária, os jovens são maioria entre os trabalhadores sem carteira no segmento “Alojamento”. O Gráfico 10 mostra que o grupo de 18 a 24 anos representa 27,3% do total de empregados, e o de 25 a 29 anos 10,3%. Se considerados os cerca de 6,3% de trabalhadores com até 17 anos, aproximadamente 43,9% dos empregados sem registro em carteira não tinham atingido a idade de 30 anos.

O restante dos trabalhadores distribui-se da seguinte forma: de 30 a 39 representam 24% do total; de 40 a 49 anos, 14,5%; de 50 a 64 anos, 16,4%; e de 65 anos e mais, 1,3%.

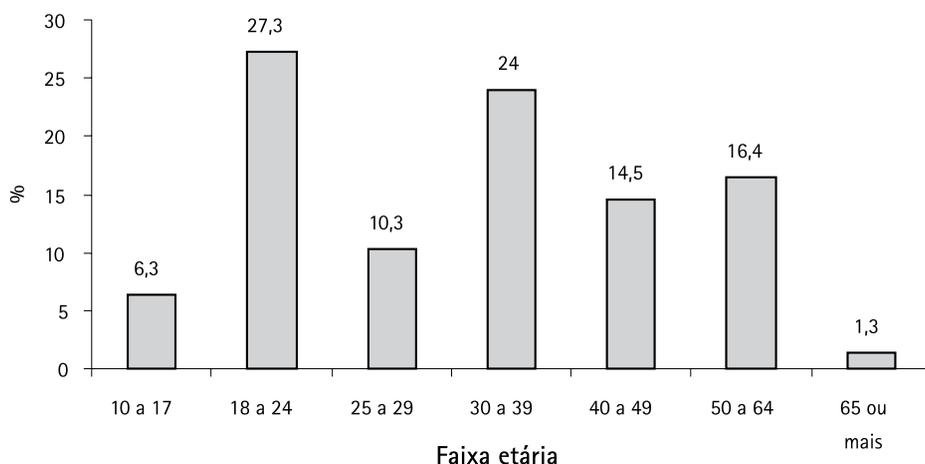
A distribuição etária dos empregados sem registro é bastante diferente da relativa aos que têm carteira de trabalho assinada, entre os quais 32% do total estão situados na faixa de 30 a 39 anos de idade e 21% na de 40 a 49 anos, representando 53% do total.

Se computados os trabalhadores com 50 anos e mais, pode-se afirmar que 63% dos empregados formalizados do segmento superaram 30 anos.

Fatores econômicos e sociais são os principais responsáveis pela inserção prematura de pessoas jovens no mercado de trabalho. Esses jovens, geralmente membros de famílias pobres, são obrigados, muito precocemente, a se inserir no mercado de trabalho para conseguir trabalho remunerado e a submeter-se a condições mais precárias, por causa da falta de experiência profissional.

GRÁFICO 10

Distribuição dos empregados sem carteira, no segmento alojamento, segundo faixa etária
Brasil - 2005



Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: Dieese

2.2.1.3. Escolaridade

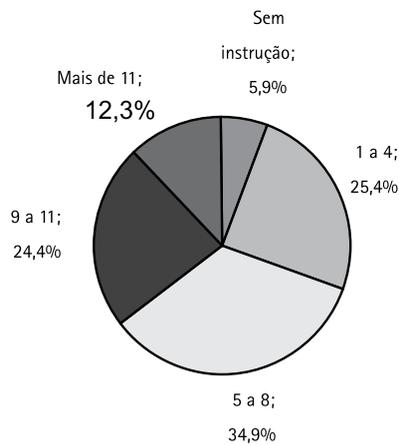
O Gráfico 11 mostra a distribuição dos empregados sem carteira no segmento “Alojamento”, segundo a escolaridade. Os dados mostram que aproximadamente 63% possuíam no máximo até o ensino fundamental. Entre os com carteira, apresentados na primeira parte deste capítulo, esse percentual equivale a 58%. Verifica-se, também, que 31% dos sem registro possuíam o segundo grau ou estavam cursando esse nível, contra 39% dos com carteira. Apenas 7% possuíam mais de 11 anos de estudo, o que equivale a ter cursado ou estar cursando o nível superior, ou até pós-graduação, praticamente o mesmo verificado entre os com registro (6%).

A diversidade de funções apresentada por este segmento permite uma heterogeneidade acentuada no quesito escolaridade, começando inevitavelmente por funções de menor exigência escolar, como cozinheiros, camareiros e roupeiros – muito embora, para o exercício dessas funções, possa haver exigência de algum tipo de qualificação técnica. Em seguida, técnicos de nível médio (na área de turismo dos hotéis), passando por dirigentes, gerentes e diretores, funções cujo critério de seleção para ocupar o cargo está fortemente associado à experiência e nível escolar.

GRÁFICO 11

Distribuição dos empregados sem carteira, no segmento alojamento, segundo escolaridade

Brasil - 2005 (em faixas de anos de estudo)



Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: Dieese

2.2.1.4. Raça/Cor

Por causa da impossibilidade de desagregação das informações sobre raça para os empregados com e sem carteira de trabalho assinada, optou-se por tratá-las de forma agregada, tendo em vista a importância para os trabalhadores em geral.

A Tabela 13 apresenta a distribuição dos empregados (com e sem carteira) no segmento “Alojamento”, segundo a raça, por função exercida no trabalho, revelando que há discriminação racial no exercício³ das funções.

³ Vale destacar que, na PNAD, a informação sobre raça dos entrevistados é obtida por meio de autodeclaração, ou seja, o próprio entrevistado declara a sua raça. A forma de coleta dessa informação difere de outra pesquisa domiciliar importante, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-Dieese/Seade), que obtém a informação por meio da classificação feita pelo entrevistador. A agregação “negra” e “não negra” obedeceu ao recorte adotado pela PED, portanto, corresponde a “pretos e pardos” e “brancos e amarelos”, respectivamente.

Segundo as estimativas da PNAD, apenas $\frac{1}{4}$ dos gerentes são negros, proporção próxima à verificada entre os supervisores. A proporção de negros empregados aumenta nos cargos de menor qualificação e menor contato com o público, como camareiros e cozinheiros.

TABELA 13
Distribuição dos empregados em alojamentos segundo cor, por função
Brasil - 2005

FUNÇÃO EXERCIDA	COR		
	NEGRA	NÃO NEGRA	TOTAL
Gerentes	27,0	73,0	100,0
Supervisores	31,0	69,0	100,0
Mordomos e governantas	46,0	54,0	100,0
Cozinheiros	49,0	51,0	100,0
Camareiros	51,0	49,0	100,0

Fonte: IBGE.PNAD Elaboração: Dieese

2.2.2. Características do trabalho

2.2.2.1. Rendimentos

Neste tópico, serão comparados os rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada produzidos pela PNAD-IBGE⁴.

A Tabela 14 demonstra a distribuição dos empregados com e sem registro por faixas salariais, com base no salário mínimo, cujo valor era de R\$ 300, em setembro de 2005, mês de realização da PNAD.

Do ponto de vista da remuneração, constata-se que, de forma geral, são baixos os rendimentos dos trabalhadores desse segmento. Entretanto, a exemplo do que ocorre diante da contratação ilegal, os trabalhadores sem carteira assinada apresentam situação ainda mais desfavorável em relação à dos empregados com carteira.

Do total de empregados sem carteira, 56% recebiam até 1 salário mínimo como remuneração pelo seu trabalho, enquanto entre os com carteira esse percentual correspondia a 23%. Quando se considera a faixa até dois salários mínimos, verifica-se que 93% dos sem

⁴ No capítulo que trata do perfil dos trabalhadores formais do segmento “Alojamento”, já foram analisadas informações sobre remuneração, extraídas da RAIS. Entretanto, para a comparação entre os rendimentos dos trabalhadores com e sem carteira de trabalho, optou-se por confrontá-los utilizando-se a mesma fonte de dados, a PNAD-IBGE.

registro estão aí enquadrados; entre os com registro, essa proporção é de 81%.

Na faixa salarial superior a três mínimos, estão situados apenas 7% dos empregados registrados e cerca de 11% dos não registrados.

No que se refere aos valores nominais, os trabalhadores sem registro em carteira de trabalho percebem cerca de 30% menos do valor médio pago aos registrados.

Outro dado importante é revelado por meio da mediana (valor abaixo do qual estão situados os 50% menores salários). Entre os empregados com carteira de trabalho, a mediana corresponde a R\$ 440 (1,5 salário mínimo) e entre os sem carteira, a exatamente 1 salário mínimo (R\$ 300).

TABELA 14

Distribuição dos empregados em alojamentos, com e sem carteira de trabalho, por faixa salarial, segundo remuneração
Brasil, 2005 (em %)

FAIXA SALARIAL (EM SM)	EMPREGADOS		
	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	TOTAL
Até 1	22,9	56,1	29,9
Mais de 1 a 2	57,8	36,5	51,2
Mais de 2 a 3	11,8	6,4	10,7
Mais de 3 a 5	5,4	8,4	6,0
Mais de 5	2,1	2,6	2,2
Total	100,0	100,0	100,0
Renda Média (R\$)	535,00	461,00	519,00
Renda Mediana (R\$)	440,00	300,00	400,00

Fonte: IBGE, PNAD Elaboração: Dieese

Notas: a) Os dados gerados pelo segmento acima não podem ser considerados exclusivamente de hotéis, entretanto, é a máxima aproximação possibilitada pela PNAD.

b) O salário mínimo em setembro de 2005, mês da pesquisa, era de R\$ 300. Para o cálculo da renda média e mediana foram excluídas as pessoas com rendimento igual a zero.

2.2.2.2. Permanência no trabalho

O tempo de permanência no atual trabalho é aspecto muito importante a ser considerado quando se analisam as características da inserção ocupacional. É indicador fundamental para identificar o grau de estabilidade de trabalho.

Como pode ser visto na Tabela 15, dos empregados sem carteira no segmento alojamento, 64% estavam no atual emprego havia um ano ou menos, e apenas 25% do total supera os três anos de serviço no trabalho atual. Os dados revelam a alta rotatividade no setor entre os empregados sem carteira assinada.

O tempo médio de permanência no atual emprego para esses trabalhadores que não possuem registro é de 2,8 anos. Para os trabalhadores com registro em carteira, a PNAD estima tempo médio de permanência de 4,1 anos. Uma hipótese possível para que a maioria dos trabalhadores sem carteira tenha tempo de permanência inferior à média pode ser o número expressivo desses empregados em estabelecimentos informais de micro e pequeno porte, que têm curta existência.

TABELA 15

Distribuição dos empregados em alojamentos, sem carteira de trabalho, segundo tempo de serviço no atual emprego
Brasil - 2005 (em %)

TEMPO DE SERVIÇO	EMPREGADOS
Até 1 ano	64,3
Mais de 1 a 3 anos	10,6
Mais de 3 a 6 anos	13,6
Mais de 6 a 10 anos	5,1
Mais de 10 anos	6,4
Total	100,0
Tempo médio (anos)	2,8

Fonte: IBGE.PNAD. Elaboração: Dieese

2.2.2.3. Jornada de trabalho

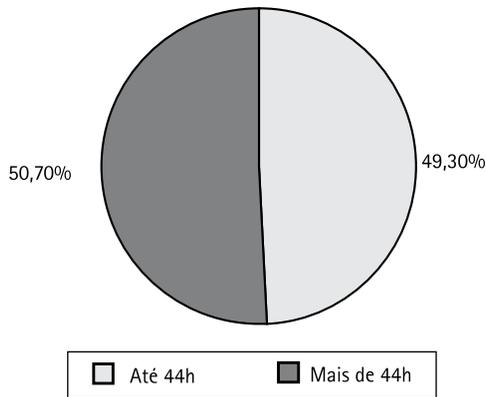
A Constituição Federal de 1988 estabelece que os trabalhadores exerçam jornada legal de 44 horas semanais e oito diárias, com a possibilidade de prorrogação por mais duas horas. Entretanto, os trabalhadores realizam elevadas jornadas, o que afeta substancialmente a sua qualidade de vida, e de suas famílias, bem como dificulta a geração de novos postos de trabalho.

Entre os empregados sem carteira no segmento alojamento são extensas as jornadas de

trabalho. Muito embora a jornada média – 44 horas - tenha sido inferior à preconizada na Constituição Federal, pouco mais da metade desses empregados trabalhavam além da jornada legal.

GRÁFICO 13

Distribuição dos empregados sem carteira, no segmento alojamento, segundo jornada de trabalho realizada
Brasil – 2005



Fonte: IBGE.PNAD.

Elaboração: Dieese

CAPÍTULO 3

A negociação da qualificação dos trabalhadores

A negociação da qualificação dos trabalhadores

Serão analisados os acordos e convenções coletivas de trabalho que regulamentam as relações entre os trabalhadores e as empresas do ramo de Turismo e Hospitalidade no Brasil; ou seja, os instrumentos normativos resultantes dos processos de negociação coletiva de trabalho realizadas por entidades sindicais patronais e entidades sindicais representativas dos trabalhadores desse setor.

Nesses documentos foram identificadas, sistematizadas e analisadas as cláusulas que tratam de temas relativos à qualificação, incluindo as que versam sobre estágios e aprendizagem e as que asseguram condições especiais aos empregados estudantes. Procurou-se trabalhar com cláusulas vigentes no momento da elaboração deste estudo. Assim, foram localizados os instrumentos normativos assinados em 2006 e, na falta destes, os firmados em 2005, o que resultou em um painel composto por 35 convenções coletivas de trabalho da categoria⁵.

A seleção dos documentos foi realizada, primeiramente, no SACC-Dieese - Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas, desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, para o cadastramento de documentos resultantes das negociações coletivas de trabalho. Esse sistema é composto pelos acordos e convenções coletivas assegurados por 225 das mais importantes unidades de negociação de todo o país. Em seguida, recorreu-se aos arquivos físicos mantidos pelo Dieese, nos quais são depositadas cópias dos documentos firmados nas unidades de negociação que não constam do SACC-Dieese.

Este painel foi composto de forma a abranger as negociações realizadas pelos segmentos de comércio hoteleiro, restaurantes, bares e similares no maior número possível de Unidades da Federação, em todas as regiões geográficas do país. A distribuição geográfica dos documentos analisados é apresentada na Tabela 16, a seguir.

⁵ A lista das categorias profissionais abrangidas pelo estudo encontra-se ao final do texto, em anexo.

TABELA 16
 Convenções coletivas de trabalho analisadas por região geográfica e unidades da federação
 Brasil, 2005 e 2006

REGIÕES GEOGRÁFICAS/UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2005	2006	TOTAL
Norte	1	-	1
Tocantins	1	-	1
Nordeste	7	-	7
Alagoas	1	-	1
Bahia	1	-	1
Ceará	2	-	2
Paraíba	1	-	1
Pernambuco	1	-	1
Rio Grande do Norte	1	-	1
Centro Oeste	-	3	3
Distrito Federal	-	1	1
Mato Grosso	-	2	2
Sudeste	5	4	9
Minas Gerais	1	1	2
Rio de Janeiro	3	2	5
São Paulo	1	1	2
Sul	8	7	15
Paraná	6	1	7
Rio Grande do Sul	1	5	6
Santa Catarina	1	1	2
TOTAL	21	14	35

Fonte: Dieese

Para a análise das cláusulas, definiu-se por identificar e descrever as principais garantias acordadas e apurar o grau de disseminação de cada uma nas convenções coletivas selecionadas. A seguir, serão apresentados os resultados do estudo.

3.1. Cláusulas sobre Qualificação Profissional

A leitura das convenções coletivas de trabalho revela que a questão da qualificação profissional ainda é pouco negociada pelas categorias estudadas. Das 35 unidades de negociação consideradas, apenas 12 incluem cláusulas a esse respeito. Destas, a maior parte trata de garantias relacionadas indiretamente ao tema e poucas asseguram compromissos

efetivos das empresas com a qualificação do trabalhador. As principais questões tratadas em relação a esse tema serão apresentadas nos itens a seguir.

3.1.1. Tratamento das horas empregadas em cursos e treinamentos

A questão mais frequentemente tratada no tema qualificação profissional, localizada em sete das 35 convenções coletivas analisadas, é o estabelecimento de critérios para regulamentar a compatibilização entre a presença dos trabalhadores em cursos de comparecimento obrigatório e sua jornada de trabalho. Apesar de presente em poucos documentos, o conteúdo dessas cláusulas é bastante diversificado.

Quatro das convenções coletivas que se reportam à questão estabelecem que as empresas que promoverem cursos realizados após a jornada de trabalho estão isentas do pagamento de horas extras.

Outras duas prevêem que cursos de presença obrigatória devem ser realizados fora da jornada de trabalho, e as horas a eles dedicadas deverão ser remuneradas como horas extras.

Por fim, uma das convenções coletivas determina que cursos para os quais os trabalhadores forem convocados a comparecer devem ser realizados durante a jornada ordinária de trabalho.

3.1.2. Investimentos em qualificação profissional

Investimentos em programas de qualificação profissional são previstos em apenas duas das convenções coletivas analisadas. Em ambas há envolvimento das entidades sindicais representativas dos trabalhadores e das empresas.

Em uma delas, as empresas asseguram ao sindicato dos trabalhadores contribuição mensal, em valor fixo de R\$ 8 por empregado, para financiamento de programas de serviços sociais e qualificação profissional promovidos pela entidade. A cláusula ainda estipula prazo para pagamento e previsão de multa, em caso de atraso.

Na segunda convenção, é prevista a manutenção de um fundo para qualificação da mão-de-obra e colocação de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho, a ser gerido conjuntamente pelos sindicatos patronal e profissional. O fundo é constituído por meio de pagamento mensal das empresas em favor do sindicato profissional, cujo valor corresponde a um percentual sobre a folha de pagamento, que varia de 0,7% a 2%, conforme o número de empregados de cada empresa. Nessa convenção, também foram estipulados prazos para o repasse da contribuição e multa em caso de descumprimento da cláusula.

3.1.3. Incentivo ao usufruto de cursos do Senac e Sesc

Em duas convenções coletivas verifica-se o compromisso das empresas em envidar esforços para que seus empregados usufruam os benefícios prestados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Social do Comércio (Sesc). Embora sejam compromissos de efetividade não assegurada, as cláusulas podem representar estímulo à qualificação profissional.

3.1.4. Adicional por qualificação profissional

O pagamento de adicional por qualificação profissional é assegurado apenas em uma convenção coletiva. Segundo a convenção, “o empregado que se submeter a curso de treinamento e qualificação terá como incentivo um reajuste extra de 3% a título de gratificação especial sobre o seu salário base”. Para tanto, o curso deverá ser realizado em empresas ou escolas de qualificação igual ou superior à do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Senac ou Senai, seu pagamento terá participação financeira do empregado, com o acompanhamento e participação do sindicato patronal.

3.1.5. Dispensa do cumprimento de contrato de experiência

Em duas unidades de negociação, as empresas comprometem-se a não submeter ao contrato de experiência os empregados que tenham diploma de cursos de formação profissional do Senac, exceto os casos em que haja a necessidade de verificação experimental para a adaptação funcional ao grupo de trabalho.

3.2. Cláusulas sobre Empregado Estudante

Em oposição ao quadro exposto anteriormente, garantias aos empregados estudantes estão presentes em quase todos os documentos analisados. Das 35 convenções coletivas observadas, 28 incluíram ao menos uma cláusula a respeito. Em sua maioria, versam sobre a jornada de trabalho do estudante, mas há registro de um caso de concessão de abono salarial como forma de incentivo. A seguir serão descritos os conteúdos observados.

3.2.1 Liberação do empregado estudante para provas e exames

Entre as garantias asseguradas ao empregado estudante, a liberação do trabalho em dia de provas ou de exames vestibulares é a mais difundida entre os instrumentos normativos – 26 negociações.

Em geral, a liberação é permitida mediante comunicação prévia à empresa e posterior comprovação da prova ou exame. Há um caso em que a comunicação deve ser feita com oito dias de antecedência. Nos demais, exige-se 24, 48 ou 72 horas.

Em três casos, a liberação restringe-se a apenas parte da jornada diária, podendo equivaler a meia jornada, como em uma convenção coletiva, ou limitada a duas horas antes da prova e uma hora após seu término, como em outras duas convenções. Há uma negociação que submete a liberação do estudante à troca de horário de trabalho previamente acordada.

Ainda foram verificados dois casos em que a liberação é concedida na forma de licença não remunerada.

3.2.2 Jornada de trabalho do empregado estudante

Em menor número, foram verificadas, em seis unidades de negociação, cláusulas relativas à proibição da prorrogação da jornada de trabalho dos empregados estudantes, desde que comprovada a situação.

3.2.3 Abono salarial para empregado estudante

A concessão de benefícios para empregados estudantes é observada em uma única convenção coletiva de trabalho. Segundo a cláusula, as empresas asseguram a concessão de um abono salarial único, no valor correspondente a R\$ 45, a todo empregado estudante, para o atendimento de suas despesas de ensino. O direito ao abono é adquirido mediante comprovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido.

3.3. Cláusulas sobre Estágio e Aprendizagem

Dos 35 documentos analisados, apenas um apresenta cláusula sobre estágio. Nela está previsto que as empresas podem oferecer estágio aos estudantes dos cursos promovidos pelos sindicatos convenientes, e conceder, ainda, bolsa de estudo para aperfeiçoamento do aluno.

3.4. Categorias Analisadas

Para o presente estudo foram analisadas as convenções coletivas das seguintes categorias profissionais:

2005

1. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Alagoas
2. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares do Extremo Sul da Bahia
3. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Fortaleza/CE
4. Trab. Restaurante, Bares e Similares da Zona Metropolitana de Fortaleza/CE
5. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Governador Valadares/MG
6. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de João Pessoa/PB
7. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Pernambuco
8. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Curitiba e Região/PR
9. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Paranaguá e Pontal do Paraná/PR
10. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Ponta Grossa/PR
11. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares dos Campos Gerais/PR (data-base: maio)
12. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Imbaú, Ortigueira e Telêmaco Borba/PR
13. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Irati/PR
14. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares do Rio de Janeiro/RJ
15. Trab. Restaurantes, Bares e Similares do Rio de Janeiro/RJ
16. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Volta Redonda e Região Sul Fluminense/RJ
17. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares do Rio Grande do Norte
18. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Pelotas/RS
19. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Balneário Camboriú e Região/SC
20. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira/SP
21. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Tocantins

2006

1. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal
2. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Região/MG
3. Trab. Comércio Hoteleiro de Mato Grosso
4. Trab. Restaurantes, Bares e Similares do Mato Grosso
5. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos e Morretes/PR
6. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Niterói/RJ
7. Trab. Comércio Hoteleiro e Similares de Armação de Búzios/RJ
8. Trab. Comércio Hoteleiro do Rio Grande do Sul (bases inorganizadas)

9. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Porto Alegre e Região/RS
10. Trab. Comércio Hoteleiro de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Gravataí, Sapucaia do Sul e Viamão/RS
11. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de São Leopoldo/RS
12. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Caxias do Sul e Região/RS
13. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares de Blumenau e Região/SC
14. Trab. Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares do município de São Paulo e Região/SP

CAPÍTULO 4

Mapeamento das Entidades Sindicais

Mapeamento das Entidades Sindicais

Aqui são apresentadas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores do setor “Turismo e Hospitalidade” no Brasil, registradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego no processo de recadastramento sindical.

Na Tabela 17 observa-se a distribuição dessas entidades pelas diversas regiões geográficas do país.

TABELA 17

Distribuição das entidades sindicais representativas dos trabalhadores no setor de Turismo e Hospitalidade
Brasil e Grandes Regiões - 2006

REGIÃO GEOGRÁFICA	ENTIDADES SINDICAIS	
	Nº	%
Norte	10	4
Nordeste	44	17
Sudeste	113	44
Sul	64	25
Centro-oeste	25	10
Brasil	256	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Elaboração: Dieese

Nos quadros a seguir são listados os nomes de cada uma das entidades existentes nas diversas unidades da Federação. A listagem está organizada por regiões geográficas. Os nomes das entidades e das localidades abrangidas foram transcritos da lista de recadastramento sindical emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo sido mantidas, portanto, as abreviaturas utilizadas.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

Região Norte - 2006

TIPO	RAZÃO SOCIAL	UF
Sindicato	Sind. dos Trab. nas Empresas. de Limpeza do Estado do Acre	AC
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot. Rest. Chur., Piz., de Drin., Casas de Shows, Móteis, Coz.e Sim.do Est. do Amazonas	AM
Sindicato	Sind. Empr. em Emp.de Asseio e Cons. do Est.do Amazonas	AM
Sindicato	Sind. Empr. em Cond e Empresas Prest. Serv. de Manaus	AM
Sindicato	Sind. Trab. em Turismo e Hospitalidade de Paraupebas	PA
Sindicato	Sind. Trab. no Com. Bar, Boite, Churrasc., Coz. Industrial, Lanch., Hotel, Motel, Rest., Pizzaria, Sorveteria e Similares do Municipio de Ananindeua	PA
Sindicato	Sind. Trab. no Com. de Bares, Boites,Chur., Coz.Ind.,Hoteis,Lanch,Moteis,Piz.,Rest ,Sorv.Past e Similares do Municipio de Castanhal	PA
Sindicato	Sind. Trab. Cond., Edif., Empresas Compra, Venda, Loc.de Imóveis do Est. do Pará	PA
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares de Belém	PA
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hotel. e Similares do Estado do Pará e Amapá	RO
TOTAL	10	

RELAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

Região Nordeste - 2006

TIPO	RAZÃO SOCIAL	UF
Sindicato	Sind. Empr. em Com. Hot. e Simil do Estado de Alagoas	AL
Sindicato	Sind. dos Barbeiros e Cabelereiros e Similares de Maceió	AL
Sindicato	Sind. Empr. em Edif.e Condomínios no Estado de Alagoas	AL
Sindicato	Sind. dos Transportadores Escolares e Turísticos do Estado da Bahia	BA
Sindicato	Sind. Trab. Com. Hot. Rest. Bares e Similares de Itabuna	BA
Sindicato	Sind. Trab. em Turismo e Hospitalidade de Feira de Santana	BA
Sindicato	Sind. Trab. Hot. , Apart-Hot., Res-Hot., Rest. Bar e Simil. da Cidade de Salvador	BA
Sindicato	Sind. Trab. em Hot., Pousadas, Bares, Rest e Similares do Extremo Sul da Bahia	BA
Sindicato	Sind. dos Comerciaros de Barreiras e Região Oeste da Bahia	BA
Sindicato	Sind. Trab. de Limp. Urb. e de Emp. de Asseio e Conserv. do Munic. de Salvador	BA
Sindicato	Sind. Trab. nas Empresas Serviços de Limpeza Pub. Terc. Part. Feira de Santana e Região	BA
Sindicato	Sind. Trab. em Limp. Publ., Asseio, Conserv., Jard., Contr. Pragas do Est. da Bahia	BA
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Turismo, Hospitalidade e Condomínios dos Municípios de Vera Cruz e Itaparica	BA
Federação	Fed. Trab. no Com. Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Ceará	CE
Sindicato	Sind. Trab. no Comércio Hoteleiro e Similares de Crateus	CE

Sindicato	Sind. Trab. no Comércio Hoteleiro e Simil. do Mun. de São Gonçalo do Amarante	CE
Sindicato	Sind. Trab. no Comércio Hoteleiro e Similares do Município de Caucaia	CE
Sindicato	Sind. Trab. do Comércio Hoteleiro, Restaur., Bares e Similares do Mun. de Canindé	CE
Sindicato	Sind. Trab. Com. Hot. e Similares da Região do Cariri	CE
Sindicato	Sind. Trab. do Comércio Hoteleiro e Similares de Fortaleza	CE
Sindicato	Sind. Trab. no Com. Hot., Bares, Rest. e Similares no Turismo e Hospitalidade do Município de Aquiraz	CE
Sindicato	Sind. Empr. no Comércio Hoteleiro e Similares de Maranguape e Maracanau	CE
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Cons., Loc., Admin. Imóveis Com. e Cond. e Limp. Pub. do Estado do Ceará	CE
Sindicato	Sind. Oficiais Barbs. Empregs. Inst. Bel. Cab. Sras. de Sobral	CE
Sindicato	Sind. dos Oficiais Barbeiros, Cabel. e Simil de Fortaleza	CE
Sindicato	Sind. Trab. no Com. Hoteleiro, Bares, Restaur. e Sim. Turismo e Hospitalidade da Região do Baixo Jaguaribe	CE
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hotel e Simil. Munic. Imperatriz	MA
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares de Bacabal	MA
Sindicato	Sind. Empr. no Comerc. Hoteleiro e Sim. de São Luís	MA
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares do Estado da Paraíba	PB
Sindicato	Sind. Trab. nas Empresas de Prest. Serv. Campina Grande	PB
Sindicato	Sind. Trab. Com. Hoteleiro e Sim. de Jaboatão dos Guararapes e Região	PE
Sindicato	Sind. Trab. em Hoteis, Pensões, Restaurantes, Bares e Similares de Caruaru e Região	PE
Sindicato	Sind. Inter. Emp. Casas Div., Parques Div. e Sim. dos Estados de PE, PB e RN	PE
Sindicato	Sind. dos Oficiais Barbeiros, Cabelereiros e Similares do Recife	PE
Sindicato	Sind. Empr. de Empresas Prest. de Serv. Revit. e Limp. em Geral Org. Publ. e Emp. Priv. Região Metrop. do Recife	PE
Sindicato	Sind. Empr. em Comércio Hoteleiros e Similares de Petrolina e Região	PE
Sindicato	Sind. Empr. no Com Hot. e Similares de Campo Maior	PI
Sindicato	Sind. Intermunic. Empr. no Com. Hot. e Similares no Estado do Pauí	PI
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot. Similares do Estado do Rio Grande do Norte	RN
Sindicato	Sind. Trab. em Asseio, Conservação e Limpeza Urbana do Rio Grande do Norte	RN
Sindicato	Sind. Empr. Cond. e Emp. Prest. Serv. Loc. Mão de Obra no Rio Grande do Norte	RN
Sindicato	Sind. Empr. no Comércio Hoteleiro e em Ativ. Similares de Mossoró	RN
Sindicato	Sind. Empr. de Cond. e Emp. de Asseio Cons. do Estado de Sergipe	SE
TOTAL	44	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE Elaboração: Dieese

RELAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

Região Sudeste - 2006

TIPO	RAZÃO SOCIAL	UF
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot., Rest., Bares, Simil. Rc. At.C.T.H de Guarapari e Reg. Sul do Estado do Espírito Santo	ES
Sindicato	Sind. Empr. em Empr. Tur. C. Diversão, Inst. Benef., Relig. e Filant., Lavand. Ag. Prop. e Publ. e Simil. Estado do Esp. Santo	ES
Sindicato	Sind. Empr. Ed. Res., Comerc., Cab. Elev. Cons. Elev. Emp. Empr. Comp. Venda Loc. Adm. Imóveis do Espírito Santo	ES
Sindicato	Sind. Empr. em Cond. Resid. (Vertical E Horizontal), Come. Mistos e Shopping Centers no Município de Vila Velha	ES
Federação	Fed. Empr. Em Empresas de Asseio Cons. do Est. Minas Gerais	MG
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hotel. e Simil. e de Emp. de Asseio Cons. de Juiz de Fora	MG
Sindicato	Sind. Empr. do Com., Hotéis, Bares, Rest, Sim., Tur. e Hosp. de Cvo, Dta e Mr.M. Rio das Velhas e Três Marias	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Caxambu e Cambuquira	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Poços de Caldas	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Com. Hoteleiro e Similares de Belo Horizonte	MG
Sindicato	Sind. Trab. em Turismo e Hospitalidade de Vespasiano	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Divinópolis	MG
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot., Coz. Indl., Ref. Col. e Similares de Coronel Fabriciano	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Cons., Turismo e Hospitalidade de João Monlevade	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Contagem e Betim	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade, Asseio e Conservação do Norte de Minas	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio, Cons. e Limpeza Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Cons. de Juiz de Fora	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Asseio e Cons. e Sim do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba	MG
Sindicato	Sind. dos Profissionais da Beleza de São João Del Rei e Região	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Compra, Venda, Loc.e Adm.Imov.Com.e Resid.e Empr. Edif. Juiz de Fora	MG
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Similares de Uberaba	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo E Hospitalidade de Cataguases e Região	MG
Sindicato	Sind. Trab. emp. Coleta Lim. Ind. Lixo de Minas Gerais	MG
Sindicato	Sind. Empr. em Edif. Emp. de Asseio Cons. e Cabin. de Belo Horizonte	MG
Federação	Fed. Nac. dos Empregados Com Hoteleiro e Similares	RJ
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Petrópolis	RJ
Sindicato	Sind. Trab. Com. Hot. e Sim. do Município do Rio de Janeiro	RJ

Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Similares de Campos	RJ
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot. e Similares de Itaboraí	RJ
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Similares e Turismo e Hosp. de Nova Friburgo e Região	RJ
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. de Itaperuna	RJ
Sindicato	Sind. Trab. em Asseio, Cons. e Limp. Urb. de Niterói e Sg	RJ
Sindicato	Sind. Trab. Emp. Ass. e Cons. de Nova Iguaçu e Paracambi	RJ
Sindicato	Sind. Empr. Empr. Asseio Cons. Vr. Bm. R. Bp. Val. Vas A Rei	RJ
Sindicato	Sind. Empr. Lavanderia e Simil No Munic do Rio de Janeiro	RJ
Sindicato	Sind. Empr. de Edifícios de Niterói	RJ
Sindicato	Sind. Empr. em Edif. Resid., Comerc., Mistos, Cond. e Similares do Munic. do Rio de Janeiro	RJ
Federação	Fed. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares do Estado do Rio de Janeiro	RJ
Sindicato	Sind. Empr. Hot., Bares, Rest., Coz. Indl. e Similares V R Reg Sul Fluminense	RJ
Sindicato	Sind. Trab. de Empresas de Asseio e Cons. e de Serviços Gerais de Macaé	RJ
Sindicato	Sind. Empr. Cond. Resid. Com. e Mistos de Teresópolis	RJ
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Similares de Teresópolis	RJ
Sindicato	Sind. Trab. Com. Hot. e Sim. Munic. Mage, Guapimirim, Cacoira de Macacu e Mangaratiba	RJ
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hoteleiro e Similares de Niterói	RJ
Sindicato	Sind. Oficiais Barbeiros, Cabel. Unissex, Manicures, Ap.Ajd.Aut E Empr. Sal.Cab. Hom. Unis. Munic. Rio de Janeiro	RJ
Sindicato	Sind. Empr. nas Empresas de Asseio e Cons. e Limp. Urb. de São Paulo	SP
Federação	Fed. Nac. de Trabalhadores em Edif. e Condomínios	SP
Federação	Fed. Empr. Edifícios e Condomínios do Estado de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Trab. Com. e Serv. em Geral de Hosped., Gastr., Alim., Prep. e Bebidas a Varejo de São Carlos e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares de São José do Rio Preto	SP
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares de Araçatuba e Região	SP
Sindicato	Sind. dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Ribeirão Preto	SP
Sindicato	Sind. Trab. Com. Hot., Bares, Rest. e Similares de Piracicaba e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hoteleiro e Similares de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Trab. no Com. Hoteleiro e Similares de Águas de Lindóia e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Com. Hoteleiro e Similares de Araraquara e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Simil. de São Bernardo do Campo e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. em Com. Hoteleiro e Similares de Santos-Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira	SP
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Motéis, Rest., Bares,Lanch., Fast-Food e Similares de Catanduva	SP
Sindicato	Sind. Trab. no Com. e Serv. em Geral de Hosp., Gastr, Alim, Prep. e Beb a Varejo de Santo André	SP
Sindicato	Sind. Empr. Empresas Ref. Col., Coz. e Rest. Industriais de Sorocaba e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hotelateiro, Rest., Bares e Similares de Limeira	
Sindicato	Sind. Empr. nas Empresas de Ref. Coletivas e Afins de Guarulhos	

Sindicato	Sind. Trab. em Empr. Ref. Col., Coz. Ind., Rest. Ind. da Região Norte do Est. São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Ref. Col. e Afins de Osasco e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Hotéis, Motéis, Rest., Bares e Similares de Votuporanga e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab em Hotéis, Mot, Apart-Hotéis, Flats, Rest, Lanch, Fast-Foods, Bares e Similares de Jundiaí e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. nas Empresas de Ref. Coletivas, Ref. Convênio, Cesta Básica, Coz.	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Casas de Diversões de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Cons. e Limp. Urb. Araraquara, São Carlos, Mat e Região	SP
Sindicato	Sind. Emr. Empresas Asseio e Cons., Limp.Urb., Áreas Verdes e Trab. Tur. Hosp. de Suzano, Mogi, Poá	SP
Sindicato	Sind. Empr. Empresas Asseio e Cons. e Empr. Tur. Hospit. de Guarulhos	SP
Sindicato	Sind. Empr. Empresas de Asseio e Cons, Limp. Urb. e Áreas Verdes de Itanhaém, Peruíbe d Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. Empresas de Asseio Conse. e Limpeza Urbana de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio, Cons. Limp. Urb. e Amb. Campinas e Região	
Sindicato	Sind. Empr. e.As.e C.E Trab.Lim.Urb. Presidente Prudente e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. Empresas de Asseio e Conservacao, Limpeza Urbana, Ambiental, Áreas Verdes Públicas	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Asseio e Cons. do Grande ABC	SP
Sindicato	Sind. Empr. Empresas Asseio Cons. e Edif. Cond. Res. Com. e Tur. Hosp. de Osasco e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. em Asseio E Cons. Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes e Similares de Bebedouro e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Tur. e Hosp. de Piracicaba e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. Empresas de Asseio, Cons. de Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Edif. C. Em. E. A. C. Emp. Tur. e Hosp. Votorantin e Regiao	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio, Cons., Limp, Amb. A. V. Sim. de Ribeirão Preto e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Araraquara e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. Empresas Im. Ass. Ed. Res. Com. Inst. B. R. F Cab El Mr	SP
Sindicato	Sind. Inter. Trab em Empr de Lavanderia E Simil do Estado de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Compra, Venda, Loc., Adm. de Imóveis Res. e Com.	SP
Sindicato	Sind. Empr. Empresas.de Comp.Ven.Loc.e Adm.de Imov.Res. e Com.de São Paulo, Guarulhos, Bar.Diadema e S.Caetano	SP
Sindicato	Sind. Empr. Ed. Cond. Res. e Com., Empr. Empresas Cv. Loc. Adm. Imov. (Res. e Com.) de Guarujá e Bertioga	SP
Sindicato	Sind. Intermunicipal Trab. em Edifícios e Condomínios de Bragança Paulista e Região	SP

Sindicato	Sind. Empr. em Edifícios If. Cond. Res. e Com. de SBC, Diadema, Santo André e São Caetano do Sul	SP
Sindicato	Sind. Empr. Edif., Cond. Trab. Em Tur. e Hosp. Jundiá, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Itupeva, Itu, Cabreúva, Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba, Itatiba, Jarinu e Louveira	SP
Sindicato	Sind. Empr. Em Edif. E Cond. em Geral de São Carlos, Araraquara e Regiões	SP
Sindicato	Sind. Empr. Edif. Cond. e Afins do Munic. de Praia Grande	SP
Sindicato	Sind. Trab. Edif. e Cond. de Campinas e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hoteleiro e Sim. de Serra Negra, Lindóia	SP
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot. Bar. Rest. Sim. São José dos Campos, Campos do Jordão e Região	SP
Sindicato	Sind. Trab. Aut. no Com. Hot. e Sim. do Estado de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares de Franca e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. Hotéis, Rest, Bares e Similares de Limeira	SP
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis Rest., Bares e Similares Ourinhos e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Cons. e Trab. na Limp. Urbana e Áreas Verdes de Piracicaba e Região	SP
Sindicato	Sind. dos Oficiais Barbeiros de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Trab. em Edif. e Cond. do Município de São Vicente	SP
Federação	Fed. Nac Trab. Serv. Asseio Cons. Limp. Urb. Amb. Áreas Verdes	SP
Federação	Fed. Trab. em Serviços, Asseio e Cons. Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo	SP
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro, Rest., Bares e Similares de Barra Bonita e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. Asseio, Cons. Empr. Edif. Cond. Empr. Tur. Hosp. de Franca e Região	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Cond. e Edifícios de Ribeirão Preto	SP
Sindicato	Sind. Empr. em Cond. Res., Comerciais ou Mistos, em Células Residenciais e Associações	SP
TOTAL	113	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE Elaboração: Dieese

RELAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

Região Sul - 2006

TIPO	RAZÃO SOCIAL	UF
Federação	Fed. Empr. Empresas Asseio e Cons. do Estado do Paraná	PR
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hoteleiro e Similares de Curitiba	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Francisco Beltrão	PR
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hoteleiro e Similares de Londrina	PR
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Sim. e Em Tur. E Hosp de Paranaguá	PR

Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Sim. e Em. Tur E Hosp de Guarapuava	PR
Sindicato	Sind. Empr. no Com. Hot. e Similares e Em Turismo e Hospitalidade de Cascavel	PR
Sindicato	Sind. Trab. Emp. Ref. Col. Conv. Coz. Rest. Ind. R.N.O.Estado do Paraná	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Cons. de Foz Do Iguaçu	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Empr. de Asseio e Cons. de Londrina.	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Emp Prest Serv A Terc Coloc e Adm Mão de Obra Trab Tempor do Est do Paraná	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Conservacao de Curitiba	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Emp de Asseio e Cons de Maringá	PR
Sindicato	Sind. Empr.em Empresas de Asseio e Conservacao de Francisco Beltrao e Dois Vizinhos - Pr	PR
Sindicato	Sind. Empr. Cond. Edif Res Com Mist Empres de Comp Venda Loc Admin Imov Londrina	PR
Sindicato	Sind. Empr. Cond. Com. e Res. Com. Mistos Empresas Comp. Ven. Loc. Adm. Imov. Tur. Hot. de Maringá	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Umuarama	PR
Sindicato	Sind. Empr. em Emp. de Asseio e Conservacao, Limpeza Urb.Ambiental, Areas Verdes, Vias Rodoferroviarias	PR
Sindicato	Sind. Empr. Cond. Res. Com. Comp. Vem. Loc. Adm Imoveis Turismo Curitiba	PR
Federação	Fed. Empr. Com Hot Restaur Bar Similar Estado do Rio Grande do Sul	RS
Federação	Fed. Trab. Empr Asseio Conser Limp Urba Ambien A Verdes, Zeladoria,Serv Terceirizados no Rio Grande do Sul	RS
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot. R. B. Sim. Alim. Nh. Ev I Di Cb Sap	RS
Sindicato	Sind. Trab no Com Hot Rest Bares e Similares Ref Colet Ag de Turismo Cond Turismo e Hosp Santa Maria	RS
Sindicato	Sind. Empr. em Turismo e Hospitalidade de Pelotas	RS
Sindicato	Sind. Empr. Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre	RS
Sindicato	Sind. Trab. no Com.Hoteleiro Simil. de Gramado	RS
Sindicato	Sind. Empr. Com Hot Rest Bares Sim Emp Alim Prep S L	RS
Sindicato	Sind. Empre. em Turismo e Hospitalidade de Rio Grande	RS
Sindicato	Sind. Empr.no Comércio Hoteleiro,Restaurantes, Bares e Similares e Empregados em Turismo e Hospitalidade	RS
Sindicato	Sind. Empr. no Comércio Hoteleiro, Bares e Similares de São Gabriel	RS
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Motéis, Boates. Bares, Restaurantes, Lancherias e Similares do Alto Uruguai - RS	RS
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Ref. Col. Ref. Conv. Coz. Inds. Rest. Ind. Caxias do Sul	RS
Sindicato	Sind. Trab. no Com. Hotelei.Rest,Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul	RS
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Passo Fundo	RS
Sindicato	Sind. Trab. Emp. Ref. Colet. Ref. Conv. Coz. Ind. e Rest. Ind. do RS	RS
Sindicato	Sind. Trab em Servicos Terceirizados, Emp de Asseio e Cons Limp Urbana Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria	RS

Sindicato	Sind. Trab. em Empresas de Asseio, Conserv, Serv. Terceir.Li Urbana, Amb.e Áreas Verdes Caxias do Sul	RS
Sindicato	Sind. Prof. dos Trab em Emp de Asseio e Cons Limp Urbana	RS
Sindicato	Sind. Empr. de Empresas de Asseio e Conservacao do Estado do Rio Grande do Sul	RS
Sindicato	Sind. Empr. de Empresas de Asseio e Cons de Pelotas	RS
Sindicato	Sind. Empr. Empresas Compra Venda Loc Admn de Imóveis Rio Grande do Sul	RS
Sindicato	Sind. Empr. de Edifícios de Porto Alegre	RS
Sindicato	Sind. Empr. no Comércio Hoteleiro e Similares	RS
Sindicato	Sind. Empreg. em Empresas Turismo Hospitalidade	RS
Sindicato	Sind. Vig. Emp. Seg. Vig em Ser Blumenau e Região	SC
Federação	Fed. Trab. em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Rest., Bares e Simil. no Estado de Santa Catarina	SC
Sindicato	Sind. Trab. Turismo e Hospitalidade da Regiao de Itajaí	SC
Sindicato	Sind. Empr. no Com Hoteleiro e Similares de Criciúma	SC
Sindicato	Sind. Empr. no Com Hoteleiro e Similares de Blumenau	SC
Sindicato	Sind. Trab.Turismo, Hospital. e Hotéis, Restaur., Bares e Simil. Joinvile e Região	SC
Sindicato	Sind. Empr. Hotéis Bares Restaur e Sim. Itapema e Região	SC
Sindicato	Sind. Trab. em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Lages	SC
Sindicato	Sind. Trab. Empresas de Refeições Cols Refs Convênio Estado de Santa Catarina	SC
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Prest. Serv. e Asseio e Conservacao no Municipio de Florianópolis	SC
Sindicato	Sind. Empr. Asseio e Cons. de Jaraguá do Sul e Região	SC
Sindicato	Sind. Vig.Emp.Seg.Vig.Pres.Serv. Con. Tra.Val. Joaçaba	SC
Sindicato	Sind. Vig.Emp.Seg.Vig.Pres.Serv Con.Tra.Val. Lages	SC
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Prestadoras de Servicos e Asseio e Conservacao de São José e Regiao	SC
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas Prestadoras de Servicos	SC
Sindicato	Sind. Empr. em Empresas de Asseio e Conser e Serv Terc de Criciúma e Reg Sul de Santa Catarina	SC
Federação	Fed. Vig. Empr. Emp. Seg. Vig. Emp. Ser. Ass. Con. Tr. Val. Estados de Santa Catarina	SC
Sindicato	Sind. Trab.Turismo Hospit.de Hotéis Rest.Bares Simil. de Chapecó	SC
Sindicato	Sind. Empr. no Com Hoteleiro e Sim. de Balneário Camboriú	SC
Sindicato	Sind. Empr. no Com Hot e Sim. de Tubarao	SC
TOTAL	64	

RELAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

Região Centro-Oeste - 2006

TIPO	RAZÃO SOCIAL	UF
Sindicato	Sind. Empr. Com Hot Rest Bares Lanchonetes Pizzarias Chur Boites Cozinhas Ind Emp Fornec de Refeições - Etc	DF
Sindicato	Sind. Trab. nas Emp. de Refeições Coletivas, de Convênio e Abordo de Aeronaves de Brasília -Distrito Federal e Goiás	DF
Sindicato	Sind. Trab. em Cond. Res. Com. Rurais, Mistos, Vert. e Horizontais de Hab. em Áreas Isoladas, Seicon-Distrito Federal	DF
Sindicato	Sind. dos Oficiais Barbeiros, Cabeleireiros e Similares do Distrito Federal	DF
Sindicato	Sind. Empr. Com Hoteleiro Siml Munc Caldas Novas	GO
Sindicato	Sind. Empr. Com. Hot. Rest. Bar, Merc. ,Pizzaria ,Chur, Lanch, e Similares	GO
Sindicato	Sind. Empr. Com Hot e Simil do Est de Goiás	GO
Sindicato	Sind. Empr. Comércio Hoteleiro e Similares de Itumbiara e Municípios Adjacentes	GO
Sindicato	Sind. Empr. Turismos Hotéis Restaurantes Bares Lazer e Similares do Sudoeste Goiano	GO
Sindicato	Sind. Empr. de Empresas de Asseio Conserv Limp Pub e Ambient Col Lixo Sim Est Goiás	GO
Sindicato	Sind. Empr. Condomínio Shopping Center Goiânia	GO
Sindicato	Sind. Empr. Hotéis Rest Bares Turis E Simil do Rio Quente	GO
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Campo Grande	MS
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Apart-Hotéis, Motéis, Flats, Hospedarias, Pousadas, Restaurantes, Cantinas	MS
Sindicato	Sind. Trab. em Hotéis, Motéis no Turismo e Hospitalidade de Corumba e Ladario	MS
Sindicato	Sind. Empr. Comércio Hoteleiro Similares de Dourados e Região	MS
Sindicato	Sind. Trab. Autônomos em Buffet S e Eventos de Campo Grande e Região	MS
Sindicato	Sind. Trab. Empresas Asseio Conservacao de Mato Grosso do Sul	MS
Sindicato	Sind. dos Barbeiros Cabelereiros e Similares de Mato Grosso do Sul	MS
Federação	Fed. Trab em Turismo e Hospitalidade de MT	MT
Sindicato	Sind. Empr. no Comércio Hoteleiros e Similaresde Cuiabá	MT
Sindicato	Sind. Empr.Com.,Bar.,Rest.,Pizz.,Chu Boates e Similares Estado de Mato Grosso-Sindecobares/MT	MT
Sindicato	Sind. Empr. de Empresas de Asseio Cons. do Estado de Mato Grosso	MT
Sindicato	Sind. Empr. em Hot ,Bar, Rest. e Sim. do Est do Tocantins	TO
Sindicato	Sind. Empr. Empresas de Asseio e Conserv do Estado do Tocantins	TO
TOTAL	25	

Síntese dos dados apresentados

O setor de Turismo e Hospitalidade caracteriza-se por um grande potencial gerador de divisas e empregos. Atualmente, o setor ocupa mais de 4 milhões de pessoas em todo o Brasil, e sua participação no PIB nacional tem tido crescente importância.

O ramo de alojamento emprega formalmente em torno de 227 mil pessoas, composto por 21,4 mil estabelecimentos. Destes, quase 80% estão situados em áreas não metropolitanas e cerca de 20% em regiões metropolitanas. Há claro predomínio de estabelecimentos de micro e pequeno porte, com participação próxima de 90%. Apesar disso, as empresas de médio porte respondem pela maior parte dos postos de trabalho existentes, chegando a agregar 72% do emprego no conjunto das Regiões Metropolitanas.

De 1995 a 2005 foram observadas mudanças expressivas na distribuição do emprego do segmento “Alojamento”, com redução da participação das regiões Sudeste e Sul, e ampliação da região Nordeste, em função da abertura de novos empreendimentos turísticos. Também houve redução da proporção de empregados em estabelecimentos de alojamento situados nas regiões metropolitanas, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

Mais da metade dos trabalhadores do segmento são mulheres, cuja participação cresceu no período de 1995 a 2005, atingindo 55% do total. Entretanto, o aumento da mão-de-obra feminina não se traduziu em igualdade salarial: o salário das mulheres representa apenas 77% do salário masculino.

Com relação ao perfil etário, há diferenças significativas entre os trabalhadores sem carteira de trabalho e os que possuem registro em carteira. Entre os primeiros, quase metade não atingiu a idade de 30 anos (44%). Já os formalizados, na maioria (53%) estão situados na faixa de 30 a 49 anos de idade.

Foi também observada elevação no nível de escolaridade entre os trabalhadores formalizados, o que pode indicar que as empresas do segmento aumentaram o nível de exigência com relação à formação dos trabalhadores; ou, ainda, que os trabalhadores do segmento estão investindo em sua escolaridade.

Quanto aos rendimentos, os auferidos pelos trabalhadores em alojamentos são muito baixos. Em 2005, entre os formalizados, 81% percebiam até três salários mínimos, e quase a totalidade da categoria – 93% – não ultrapassava três mínimos.

A situação salarial dos empregados sem carteira é ainda mais desfavorável: 56% rece-

biam até 1 salário mínimo como remuneração pelo seu trabalho. Quando se considera a faixa até dois salários mínimos, verifica-se que 93% estão aí enquadrados.

As informações referentes à raça revelam que há discriminação no segmento: menos de 30% dos gerentes empregados são negros. Por outro lado, era negra praticamente a metade dos mordomos e governantas, cozinheiros e camareiros.

No que tange à questão da qualificação profissional, a pesquisa realizada no SACC-Dieese – revela que ainda é pouco negociada. Das 35 unidades de negociação analisadas, apenas 12 incluem cláusulas a respeito. Destas, a maior parte trata de garantias relacionadas indiretamente ao tema e poucas asseguram compromissos efetivos das empresas com a qualificação do trabalhador.

Bibliografia

- Competitividade do Preço do Turismo no Brasil: Impactos Econômicos Intersetoriais e Políticas Públicas (Projeto de Pesquisa). Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo – 2002. Brasília: UNB/Núcleo de Economia e Turismo/Centro de Excelência em Turismo, outubro de 2004.
- Conjuntura e Planejamento. Novas Tendências dos Serviços Baianos de Turismo. Salvador: SEI, n.110, p.3-6, julho 2003.
- Anuário Estatístico Embratur, volume 33, Ministério do Turismo, 2006.
- Estatísticas Básicas do Turismo. Brasília: MCT, agosto de 2006.
- GORINI, Ana Paula F.; MENDES, Eduardo da F. Setor de Turismo no Brasil: Segmento de Hotelaria. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 22, p. 111-150, set.2005.
- IBGE, Cadastro Geral de Empresas, 2000-2003.
- IBGE, PNAD, 2004.
- SAAB, Willian J. L. Considerações sobre o Desenvolvimento do Setor de Turismo no Brasil. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, set.1999.

Sites Visitados

- <http://www.abih.com.br/site.php> Acesso em 01/08/2006.
- <http://www.turismo.gov.br/index.html> Acesso em 28/07/2006.
- http://www.cni.org.br/brasil/dados_economicos.htm Acesso em 31/07/2006.
- <http://institucional.turismo.gov.br/mintur/parser/imprensa/noticias/item.cfm?id=7175C1DD-F779-6DAA-59DA7E310FBA6488> Acesso em 31/07/2006.
- <http://institucional.turismo.gov.br/Mintur/UserFiles/File/planoNacionalPortugues.pdf> Acesso em 31/07/2006.
- <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/materiasespeciais/estatisticas.htm> Acesso em 01/08/2006.

- <http://www.abav.com.br> Acesso em 31/07/2006.
- <http://www.sebrae.com.br/br/revistasebrae/18/entrevista.asp>
Acesso em 31/07/2006.
- <http://pub.world-tourism.org:81/epages/Store.sf/?ObjectPath=/Shops/Infoshop/Products/1194/SubProducts/1194-3> (Organização Mundial do Turismo) Acesso em 01/08/2006.
- http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/estatisticas_basicas_do_turismo_2000_a_2005_final.pdf . (Estatísticas Básicas do Turismo). Acesso em 28/09/2006.
- <http://www.fohb.com.br> . Acesso em 30/10/2006.
- <http://www4.bcb.gov.br/pec/correcao/indexCorrige.asp?u=corrige.asp&id=correcao>
Acesso em 31/10/2006.

Considerações Finais

O estudo apresentado revela algumas das faces do setor de turismo e hospitalidade no Brasil e os desafios a serem enfrentados, especialmente pelos trabalhadores da hotelaria.

Os dados mostraram o turismo como setor em ascensão em várias regiões do país, em especial no Nordeste, onde ocorrem rápidas e profundas alterações. As alterações afetam diretamente as comunidades locais, as quais, ao se inserirem na lógica do turismo, adaptam seu modo de viver, morar e trabalhar. Com isso, as práticas culturais tornam-se aos poucos produtos que, juntamente com a paisagem e os recursos naturais, passam a circular no mundo dos fetiches vendidos pelo turismo.

A ascensão da atividade turística em diferentes localidades do Brasil e, especialmente, a expansão de empreendimentos hoteleiros de médio e grande porte, também influenciam a busca de novos padrões ou perfis de trabalhadores e o aumento das exigências de qualificação profissional. Assim como ocorre em outros setores, o discurso hegemônico é o do trabalhador com baixa ou nenhuma qualificação. Na opinião dos empresários, a realidade interfere negativamente no desenvolvimento do turismo. Por outro lado, os mesmos empresários continuam pagando baixos salários, submetendo os trabalhadores a longas e extenuantes jornadas de trabalho e investindo pouco ou nada na qualificação, em função dos custos ou por defender que é obrigação do Estado e não da iniciativa privada.

Enquanto isso, os trabalhadores buscam desesperadamente se capacitar para atender às demandas impostas pelo capital, procurando muitas vezes cursos rápidos, caros e de baixa eficácia do ponto de vista de suas reais necessidades de aprendizagem. Como revelou o estudo feito pelo Dieese, os níveis de escolarização dos trabalhadores da hotelaria são muito baixos. Portanto, não é possível pensar em qualificação sem considerar que antes é necessário garantir, no mínimo, o direito de acesso à escola de ensino fundamental e médio. Ou, de preferência, aliar a busca por saberes específicos à construção de percursos que integrem educação propedêutica (escolarização) à educação profissional, rompendo a dicotomia entre conhecimentos técnicos e gerais.

Ao movimento sindical cabe a dura tarefa de preparar-se para os novos desafios, primeiramente entendendo a dinâmica do turismo e da hotelaria no Brasil e no mundo. Posteriormente, construindo estratégias de atuação junto ao movimento sindical brasi-

leiro e internacional e aos seus trabalhadores de base. Além disso, é preciso estar atento às exigências de certificação impostas aos trabalhadores atualmente, pois têm implicações diretas nas relações de trabalho e nos direitos trabalhistas. Trata-se, portanto, de reconhecer que a qualificação profissional é importante para os trabalhadores, e lutar para ser tratada como direito, que deve ser garantido, também pelos empresários, simultaneamente ao direito à escolarização, à saúde, à moradia e tantos outros. A qualificação, no entanto, precisa ir para além do mercado, a fragmentação, o treinamento e uma formação baseada no modelo das habilidades e competências profissionais.

Outra tarefa do movimento sindical é acompanhar o processo de instalação de grandes empreendimentos hoteleiros em todo o Brasil, denunciando os impactos causados nas condições de trabalho, meio ambiente e comunidades locais. Embate que transcende as mesas de negociação entre Capital e Trabalho, e implica ampla discussão sobre os destinos da cidade, estado e país.

De forma geral, o estudo tem grande importância para o debate sobre o turismo, a hotelaria e a qualificação profissional. É a primeira aproximação com os três temas a partir de dados advindos de diferentes fontes. Nossa tarefa agora será confrontar os dados com a realidade local, reunindo elementos para construir juntos as formas de aprofundar o que foi levantado neste estudo preliminar.

Participação e construção coletiva

Turismo e Hospitalidade



Participação e construção coletiva

PROESQ – Quem luta também educa!

Rosana Miyashiro

Turismo e Hospitalidade

A publicação *Turismo e Hospitalidade no Brasil - Um estudo sobre os Trabalhadores da Hotelaria* é resultado de uma série de debates realizados por meio de atividades do Projeto Especial de Qualificação Profissional - PROESQ – Quem luta também educa!, da Escola Sindical São Paulo-CUT. Estas atividades envolveram dirigentes sindicais, especialistas e educadores.

Ao longo do ano de 2006 foram realizadas sete atividades: três nacionais e quatro oficinas regionais/locais. No âmbito das políticas públicas de Trabalho e Educação, essas atividades se constituíram num rico espaço de reflexão e formulação coletiva. Foi possível aprofundar as temáticas relacionadas ao mundo do trabalho no turismo e hospitalidade e as políticas públicas de educação profissional no Brasil. Além disso, pudemos analisar os avanços conceituais e metodológicos da proposta de Educação Integral dos Trabalhadores na área do Turismo e Hospitalidade, preconizada pela CUT e experimentada pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha.





Oficina Turismo e Hospitalidade I – Qualificação Social e Profissional na Cadeia Produtiva: o Turismo. Fevereiro/2006

Essa atividade teve como objetivo desencadear o debate sobre o setor de Turismo e Hospitalidade no Brasil e levantar elementos para fundamentar a pesquisa sobre o setor, que foi desenvolvida pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.



Seminário Nacional Turismo e Hospitalidade I - Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Socioprofissional – Março/2006

Essa atividade teve como objetivos aprofundar as formulações sobre a Educação Integral dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade a partir de uma maior compreensão deste setor no contexto atual. Nesta oportunidade foi desencadeado o projeto de pesquisa do setor, visando aprofundar a construção curricular e o debate sobre as estratégias de Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Profissional. Discutiram-se também as políticas públicas de Educação Profissional no Brasil. Neste seminário nacional reuniram-se diversos sindicatos ligados ao setor, além de educadores e convidados.



Oficina Turismo e Hospitalidade II – A Qualificação Social e Profissional na Cadeia Produtiva: o Turismo – Julho/2006

Esta atividade teve como objetivo aprofundar as reflexões e formulações sobre a política e estratégia de certificação profissional, tendo como referência debates sobre: modelo de competências, Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e as políticas públicas de certificação profissional no Brasil. Tivemos a possibilidade de construir um plano de trabalho para o Estudo da certificação no setor do Turismo e Hospitalidade.





Seminário Nacional Turismo e Hospitalidade II- Negociação e Contratação Coletiva e Certificação Profissional – agosto/2006

Este seminário teve como objetivo debater as políticas e estratégias de certificação profissional em curso no Brasil e seus impactos nas relações de trabalho. Foi um importante momento de reflexão e aprofundamento das formulações da Educação Integral dos Trabalhadores na área do Turismo e Hospitalidade. As análises e debates incidiram sobre os resultados parciais da pesquisa realizada pelo Dieese acerca da caracterização da cadeia produtiva e de serviços no Turismo e Hospitalidade.



A Oficina Turismo e Hospitalidade III – A Certificação Profissional na Cadeia Produtiva: o Turismo. Setembro/2006

Nessa oficina pudemos aprofundar a análise sobre o setor de turismo e hospitalidade em torno da realidade dos trabalhadores, e a lógica perversa que atinge diferentes localidades do planeta, bem como refletir sobre estratégias pedagógicas para uma qualificação social e profissional para o setor.

A Oficina Turismo e Hospitalidade IV A Certificação Profissional na Cadeia Produtiva: a Hospitalidade. Novembro/2006

Essa atividade se constituiu num espaço de debates, socialização e análise dos resultados dos estudos e pesquisas para do setor do Turismo e Hospitalidade. O trabalho possibilitou também a preparação metodológica da Oficina Nacional de Validação, com a finalidade de apresentar a síntese dos resultados alcançados em 2006.





Oficina Nacional de Validação. Novembro/2006

A Oficina Nacional de Validação teve como objetivos centrais debater as Políticas Públicas de Educação Profissional em curso no Brasil, e aprofundar as formulações sobre Educação Integral dos Trabalhadores no Turismo e Hospitalidade, considerando e validando os resultados obtidos nos estudos e pesquisas realizados durante o PROESQ – Quem luta também educa!, em 2006.

Além de entidades, dirigentes e assessores do setor de Hoteleira e Turismo – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – Contracs e sindicatos filiados, tivemos a participação de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores e a participação de educadores, estudiosos e especialistas, que contribuíram com análises sobre os temas. As reflexões e avaliações basearam-se na apresentação dos dados resultantes da pesquisa realizada pelo Dieese.

Editor/Revisor
GUILHERME ROCHA

Diagramação
NSA COMUNICAÇÃO

Capa
NSA COMUNICAÇÃO

Título: Turismo e Hospitalidade no Brasil - Um estudo sobre os Trabalhadores da Hotelaria

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 14 x 20

Tipologia: Adobe Garamond, AgfaRottisSemisans

Papel: off-set 90g/m2 (miolo), cartão supremo 250g/m2 (capa)

Matriz: Fitolito Digital

Tiragem: 1.000 exemplares

1ª Edição: junho/2007